

ASSEMBLEIAS

COMÍCIOS

SESSÕES

Coruche

Sábado - 27

Assembleia de Organização e comício
com Álvaro Cunhal às 17 horas

Santarém

Domingo - 28

Assembleia de Organização e sessão
com Álvaro Cunhal às 11 e 30



**GRANDE
SESSÃO**
SOBRE A ACTUAL
SITUAÇÃO POLÍTICA

**ÁLVARO
CUNHAL**

**PALÁCIO DE CRISTAL
5.ª FEIRA * 25 FEV. * 21.30 H.**

Nota: A sessão começará pontualmente às 21,30 h., e foi solicitado aos STCP reforço dos transportes colectivos.

Montijo

Domingo - 28

Assembleia de Organização e comício
com Domingos Abrantes às 18 e 30

Seixal

Sexta-feira - 26

Sessão com Domingos Abrantes (21h)

Barreiro

Sexta-feira - 26

Sessão com José Vitoriano (21 h)

Grândola

Sexta-feira - 26

Sessão com Joaquim Gomes (21 h)

Almada

Sexta-feira - 26

Sessão com Dias Lourenço (21 e 30)
no Centro de Trabalho da Concelhia
de Almada

COMÍCIO DO PCP NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS



Pessoas — eram muitas. Determinação — ainda mais!

Discurso de Álvaro Cunhal — Páginas centrais



**Algarve:
as malhas do futuro**

Pág.

SEMINÁRIO SOBRE O «PACOTE DA «AD» PARA O PODER LOCAL

Sábado, 14 e 30, no LNEC, em Lisboa — Pág. 4

SEMANA Nacional

17 Quarta-feira

Novas greves na CP e Metro de Lisboa pela revisão dos respectivos acordos colectivos de trabalho... A polícia de choque intervém num confronto carnavalesco entre alunos dos liceus D. Leonor e P.º António Vieira, em Lisboa, agredindo estudantes e populares...

18 Quinta-feira

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa decide instaurar um processo-crime ao ministro Ângelo Correia, por difamação e calúnias por este proferidas na RTP, no passado dia 13... O Conselho de Imprensa anuncia a realização de uma campanha de esclarecimento sobre o direito à informação...

19 Sexta-feira

A CGTP-IN decide marcar manifestações em todo o país para o próximo dia 6 de Março, "prosseguindo os objectivos da greve geral"... Os trabalhadores do Metro de Lisboa obtêm grande vitória sobre o Governo ao conquistarem um aumento da massa salarial global da ordem dos 40 por cento após 14 dias de greve...

20 Sábado

Numa genuína manifestação de cultura dois grupos etnográficos exibem-se no Parque Eduardo VII, em Lisboa, no âmbito do Ciclo de Cultura do Nordeste Transmontano... Regressa a Lisboa o Conselho da Revolução Vítor Alves, após uma viagem de trabalho às comunidades portuguesas no estrangeiro...

21 Domingo

Dois mil jovens participam no Corta-Mato do Carnaval organizado pelo pelouro de desporto da Câmara Municipal de Oeiras... Almeida Santos, dirigente do PS e representante deste partido na Comissão de Redacção para a revisão constitucional, defende em declarações ao "Comércio do Porto" o entendimento entre o seu partido e o PSD...

22 Segunda-feira

O major Vasco Lourenço acusa a Direcção-Geral de Informação de reter informações suas, enquanto porta-voz do CR, para permitir uma resposta imediata às mesmas do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Marcelo Rebelo de Sousa... em causa estava a "insurreição" de Ângelo Correia...

23 Terça-feira

Os festejos de Carnaval são assinalados em vários pontos do País com sátiras políticas, como aconteceu em Torres Vedras onde as paródias giraram em torno das desgraças da hipotética adesão à CEE... O alargamento da presença militar americana em Portugal é denunciado num artigo do "Pravda"...

Efeméride da semana - A 18 de Fevereiro de 1834 os liberais vencem em Almoiteiro as tropas miguelistas.

Editorial

QUATRO DIRECÇÕES FUNDAMENTAIS

No exame e nas conclusões da jornada histórica de 12 de Fevereiro, (a Greve Geral organizada e dirigida pela CGTP-Intersindical), a Reunião Plenária do CC do PCP do dia 17 apontou, com vistas ao ulterior desenvolvimento do movimento popular e democrático e da correspondente acção dos comunistas, quatro direcções fundamentais: a luta de massas; a batalha das instituições; a batalha da verdade; a batalha da unidade.

Estas quatro direcções convergem para o objectivo central imediato das forças democráticas e patrióticas, ou seja: arredar a «AD» do Governo e da área do Poder, restabelecer a legalidade democrática e a verdade política nos órgãos de soberania ilegítimamente sob o seu controlo.

O PCP tem insistentemente alertado para a necessidade e urgência de uma viragem de política e de Governo, essencial para a saída da crise em que o País se debate. As propostas do PCP assentam rigorosamente no exame realista da situação actual e na observância das normas institucionais em vigor.

A demissão do Governo «AD»/Balsemão/Freitas; a dissolução da Assembleia da República; a formação de um Governo de gestão que dê garantias de realização democrática de eleições; eleições antecipadas para a AR - são medidas que decorrem de condições objectivas irrefutáveis, da vontade e da disposição de luta do Povo português e duma flagrante oportunidade política cuja efectivação pode ser desencadeada através dos mecanismos que a própria Constituição prevê.

As medidas que o PCP propõe para a saída da crise são, além disso, essenciais para duas outras questões de transcendente actualidade e importância política para o futuro imediato da nossa democracia: a escolha de uma alternativa democrática à política e ao Governo da «AD» e uma revisão da Constituição que respeite os limites materiais e formais que ela própria estabelece, e que dê garantias, em última análise, da defesa e consolidação dos ideais e das conquistas históricas da Revolução de Abril.

É neste cenário político e na perspectiva do reforço do regime democrático que as quatro direcções fundamentais apontadas pelo CC do PCP assumem todo o seu relevo.

Não é destituído de intenção política o facto de a primeira dessas direcções fundamentais seja a da luta de massas.

O movimento de massas afirma-se de maneira crescente como o elemento determinante das grandes transformações políticas, sociais e económicas produzidas no nosso país nos últimos oito anos. No Portugal de Abril nenhuma das grandes conquistas que ganharam cidadania na vida e nas instituições democráticas do País foi possível sem que na sua origem e sucesso estivesse a poderosa iniciativa das massas populares na sua expressão mais profunda e vasta.

Durante todo o ano de 1981 e nestes curtos dois meses de 1982 o movimento popular de massas contra a política de desastre da «AD» no Governo assumiu expressões e força invulgares no historial de luta do Povo português.

A Greve Geral de 12 de Fevereiro constituiu, na amplitude de massas, na sua dinâmica e projecção política, a maior e mais potente acção na história do movimento operário em Portugal.

Exactamente por isso, a Aliança reaccionária, os seus laiaços da UGT e estranhos aliados seus incrustados no campo democrático, como Mário Soares, desferem os mais raivosos ataques contra aquela que foi a maior iniciativa de massas da classe operária portuguesa, procurando reduzi-la a números ridículos, deformando-lhe o carácter, negando-lhe expressão legal.

Mas, de forma inapagável, nessa jornada singular do seu combate de classe, os trabalhadores portugueses puderam de novo aferir na prática o valor da luta organizada, unida e firme pelo melhoramento das suas condições de vida e de trabalho. Sobretudo, puderam verificar, através de uma movimentação nacional com a envergadura da histórica Greve Geral de 12 de Fevereiro, como as suas reivindicações políticas ganham força determinante quando se identificam com as aspirações mais arraigadas da esmagadora maioria do Povo português. E esse foi o caso.

Depois da greve do dia 12 o movimento operário, popular e democrático adquiriu uma nova qualidade; o Governo «AD»/Balsemão/Freitas viu ainda mais restringida a sua base de apoio, isolou-se ainda mais do país real; a relação de forças tornou-se mais favorável à causa da democracia e da liberdade; uma profunda mudança na política nacional está ao alcance das forças democráticas e patrióticas.

O vigoroso carácter de massas da greve do dia 12 trouxe desde já à classe operária portuguesa re-

sultados palpáveis contra a política laboral do Governo.

O tecto salarial que os governantes quiseram impor aos trabalhadores foi ao ar, a resistência de massas à ofensiva do grande patronato e dos seus representantes no Governo conseguiu arrancar importantes vitórias. Outras, seguramente, vão seguir-se.

Em mais de vinte grandes empresas e sectores profissionais o tecto salarial foi rompido em consequência da Greve Geral.

Na Tabacqueira, na Carris, na EDP, na CP, na Covina, na Centralcoer/Unicer, na produção de Cimentos, nas indústrias de Chocolate e Bolachas, de Conservas de Frio, de Construção Civil, de Vidros e Cristais, de Celulose (privadas), de Ourivesaria do Norte, na Marinha Mercante, nos Portuários, no Metropolitano, no ramo automóvel, na RTP, nos Fermentados, nas petrolíferas privadas, foram obtidos aumentos salariais que vão de 19,5 aos 35 por cento; em vários casos, com a satisfação de outras reivindicações, os aumentos globais chegam a atingir 30, 26, 25, 24, 23 por cento. O tecto dos 14 a 17 por cento, que o Governo queria impor, rebentou pelas costuras.

Quanto à principal reivindicação política, - a demissão do Governo «AD»/Balsemão/Freitas - está ainda por resolver e não estava manifestamente nas previsões dos organizadores que fosse resolvida logo no dia 13 por acção automática e directa da Greve Geral.

Nem o movimento sindical unitário nem os partidos políticos que deram o seu apoio à greve, com destaque para o PCP, preconizaram métodos não institucionais para a demissão do Governo «AD»/Balsemão/Freitas, como insinuam os inimigos da democracia e como pretende Mário Soares. No entanto a luta de massas e a acção no terreno institucional têm um nexo. Isso foi patente no decurso da Greve Geral. É este nexo que a «AD» e os seus aliados tentam apagar.

A greve foi uma impressionante demonstração popular de protesto contra o actual Governo. Governantes com um mínimo de senso político - com um mínimo de «vergonha na cara», como diz o nosso povo - depois de uma tal prova de desafeição popular deveriam fazer as malas e ir embora.

Isto também é institucional.

Mas a reacção no Poder não se demite, não tem «vergonha na cara», é preciso «demitir-la» e a Constituição portuguesa prevê para isso os mecanismos apropriados.

O facto de os mecanismos institucionais não terem até agora sido accionados para a demissão do Governo mostra que o processo de luta é ainda insuficiente e que novas e poderosas iniciativas de massas se colocam com força ao movimento operário, popular e democrático português para esse objectivo.

As manifestações convocadas pelo movimento sindical unitário para o próximo dia 6 de Março são a sequência lógica da Greve Geral de 12 de Fevereiro e não podem deixar de merecer o total apoio das forças democráticas, dos trabalhadores, de todos os portugueses patriotas.

A batalha das instituições envolve todo o quadro jurídico do regime, o comportamento, relações e funções dos órgãos de soberania, os direitos dos cidadãos, a legalidade democrática.

No decurso da Greve Geral de 12 de Fevereiro, o Governo «AD»/Balsemão/Freitas, na sequência de outras acções ilegais, pôs em execução formas, recursos e medidas repressivas que na prática representam uma violação aberta da lei da greve, dos direitos constitucionais dos trabalhadores e dos seus organismos de classe.

Contudo, no centro desta importante batalha está a da defesa da Constituição contra forças que sob a capa da revisão constitucional visam de facto um verdadeiro golpe de Estado contra a democracia.

O conluio já hoje confessado pelas duas partes entre a «AD» e Mário Soares para a introdução no texto constitucional de disposições que colocariam sob o controlo da «AD» e pessoalmente de Freitas do Amaral a nomeação e o exercício das chefias militares e de toda a orgânica das Forças Armadas num sentido prejudicial ao regime democrático - assim como a alteração dos poderes do Presidente da República de demissão do Governo e dissolução da AR - configura uma perigosa ameaça contra o regime democrático.

Os negociadores do PS e da «AD» têm pressa na revisão antidemocrática da Constituição, preparam-se para fazer impor no próprio dia 25 de Abril um novo texto constitucional que seria a negação do 25 de Abril.

Retirar a «carga ideológica» da Constituição a que frequentemente aludem os negociadores do PS e da «AD» significaria apagar da Lei Fundamental as grandes conquistas da Revolução.

Livros que podes encontrar em todas as bancas dos Centros de Trabalho

NOME DO AUTOR	TÍTULO	PREÇO
Álvaro Cunhal	A REVOLUÇÃO PORTUGUESA - O PASSADO E O FUTURO	100\$00
	VIII CONGRESSO DO PCP	200\$00
	1.º CONGRESSO DA UJC	100\$00
	A JUVENTUDE PELO DIREITO AO TRABALHO	90\$00
	A ESCOLA E A VIDA NO CAMINHO DE ABRIL (1.º Congresso da EC)	120\$00
	ENSINO PARA A DEMOCRACIA, DEMOCRACIA PARA O ENSINO	120\$00
	DESPORTO, DIREITO DO POVO	120\$00
	QUADROS TÉCNICOS (Problemas e Perspectivas)	100\$00
	IX CONGRESSO DO PCP	250\$00
Lénine	PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO	80\$00
Lénine	KARL MARX E O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO MARXISMO	170\$00
Lénine	DEMOCRACIA SOCIALISTA	80\$00
Karl Marx	TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL	100\$00
Lénine	DOENÇA INFANTIL DO COMUNISMO	20\$00
Lénine	IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO	70\$00
Engels	DO SOCIALISMO UTOPICO AO SOCIALISMO CIENTIFICO	140\$00

NOME DO AUTOR	TÍTULO	PREÇO
Marx, Engels	MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA	70\$00
Engels	PRINCÍPIOS BÁSICOS DO COMUNISMO	30\$00
Lénine	O ESTADO E A REVOLUÇÃO	100\$00
Lénine	OBRAS ESCOLHIDAS (1.º Vol.)	400\$00
Lénine	OBRAS ESCOLHIDAS (2.º Vol.)	400\$00
Lénine	OBRAS ESCOLHIDAS (3.º Vol.)	400\$00
E. Stépanova	KARL MARX, PEQUENA BIOGRAFIA	50\$00
Vários	LÉNINE, PEQUENA BIOGRAFIA	100\$00
	A QUESTÃO FUNDAMENTAL DA FILOSOFIA	40\$00
	CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTIFICO I	75\$00
	CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTIFICO II	75\$00
	CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTIFICO III	75\$00
	CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTIFICO IV	75\$00
Álvaro Cunhal	SUPERIORIDADE MORAL DOS COMUNISTAS	15\$00
Álvaro Cunhal	FORÇA INVENCÍVEL DO MOVIMENTO COMUNISTA	15\$00
Álvaro Cunhal	INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO	15\$00
Álvaro Cunhal	ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE LUTA DO PCP	15\$00

NOME DO AUTOR	TÍTULO	PREÇO
Vários	O JORNAL DOS TRABALHADORES DA DEMOCRACIA E DO SOCIALISMO	50\$00
	AS ELEIÇÕES NO PORTUGAL DE ABRIL	250\$00
	NÃO AO MERCADO COMUM - INTERVENÇÃO DE ÁLVARO CUNHAL - Conclusões Gerais	80\$00
	NÃO AO MERCADO COMUM - Agricultura	100\$00
	NÃO AO MERCADO COMUM - Efeitos Globais da Adesão à CEE e Alternativas	130\$00
	NÃO AO MERCADO COMUM - Indústria	120\$00
	NÃO AO MERCADO COMUM - Pescas/Comércio/Transportes/Turismo	100\$00
	PODER LOCAL NO PORTUGAL DE ABRIL. Intervenção de Álvaro Cunhal e Carlos Costa; Documentos-Síntese; Manilesto	160\$00
	PODER LOCAL - SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS	100\$00
	PODER LOCAL - POLÍTICA DE UNIDADE/ INFORMAÇÃO ÀS POPULAÇÕES/ PARTICIPAÇÃO POPULAR	200\$00
	PODER LOCAL - DESCENTRALIZAÇÃO E RELAÇÕES COM O PODER CENTRAL	150\$00
	PODER LOCAL - FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	250\$00
	PODER LOCAL - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	200\$00
	PODER LOCAL - HABITAÇÃO/ ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E POLÍTICA DE SOLOS	160\$00

Os números da greve

Relativamente às adesões à greve geral de dia 12, recebemos, no que se refere a algumas empresas de Lisboa, informações mais precisas das que as anteriormente publicadas, e que passamos a divulgar: Forel 80%; H. C. Ferreira 71%; INDEP 70%; Petrogal, Cabo Ruivo, zona industrial 90%; CAEP 85%; Unifarma 21%; Profabril 40%; Farmácia Castro Fonseca encerrou; Rank Xerox 40%; Viúva Lamego, fábrica 98%.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seulo, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238 - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57 - 3.º D.º - 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 196, Pedreira - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Janeiro 54038

Assembleia da República

Censura e confiança estiveram nos bastidores

O encerramento da interpelação do Partido Socialista ao Governo — com anúncio (apenas) de uma moção de censura a apresentar proximamente — e a continuação da discussão e votação na especialidade da lei do recenseamento eleitoral que o executivo de Balsemão apresentou à Assembleia da República, foram os dois únicos pontos sobre os quais se debruçou a AR na passada semana, antes das curtas férias de Carnaval.

Recebendo "um novo baílo de oxigénio" para o Governo, alguns dirigentes do PS ter-se-iam opostos à apresentação da moção de censura. Por seu lado, o Governo — não sabemos os seus recelos — não apresentou a tão falada moção de confiança. Censura e confiança andaram, assim, dançando nos bastidores. Ao Governo não assustou a interpelação do PS. Não era de facto para assustar. O que fez tremer o executivo foi a greve geral do passado dia 12 e o empenhamento que centenas de milhares de trabalhadores, apesar da verdadeira guerra que a comunicação social terrorista da "AD" lhes moveu, revelaram em pôr na rua Balsemão e a sua equipa.

Por isso Balsemão pôde sorrir no fim da interpelação, repetindo a Mário Soares que o PS não sabe o que quer. Por isso toda a agressividade política do Governo se volta sempre contra os comunistas. E ai daqueles deputados democráticos que dêem sinal, ainda que vago, de concordarem com o PCP. Logo, como nos tempos de

Salazar e de Caetano, são, mais ou menos abertamente, acusados de conluio com o PCP.

As algumas vozes que no PS se elevaram para, com certa veemência, criticar a política da "AD" no Governo, debruçando-se sobre problemas sectoriais graves, não chegaram para que o PS desse uma imagem de vontade política de pôr fim ao descalabro.

Mas é um facto: nada pode voltar ao mesmo, após a greve geral do dia 12. Não foi por acaso que, embora envolto na sua retórica que caracteriza as suas contraditórias afirmações, o secretário-geral do Partido Socialista, homem de direito à frente de um partido democrático, homem profundamente comprometido com a "AD" no que respeita às questões da revisão constitucional, Mário Soares, dizia, já admitia não só eleições gerais antecipadas como também admitia a demissão do Governo. É certo que procurou tirar o cavalo da chuva, empurrando para o Presidente da República a

responsabilidade — que constitucionalmente, de resto, lhe cabe — da demissão do executivo. Mas não deixamos de sublinhar o facto: ainda há pouco, falar de demissão do Governo Balsemão e de eleições gerais antecipadas era, tanto na boca da "AD" como na de Mário Soares, uma tentativa comunista de desestabilização do regime...

O Tarrafal

Quinta e sexta-feira passadas foram dias ocupados na apreciação e votação, na especialidade, da proposta de lei de recenseamento do Governo, ou lei "da multiplicação dos votos", o "milagre" que a "AD" deseja para que netos e bisnetos de portugueses, formalmente ainda cidadãos nacionais, residentes em países onde impera a desinformação acerca de Portugal, depositem boletins favoráveis ao descalabro nacional.

Não foi ainda desta que Ângelo Correia veio ao homicídio. Houve quem dissesse que fora raplado por alguns insurrectos. O secretário de Estado da Administração Interna foi o escolhido para defender — mal — a proposta. "Farsa", como chamou a esta iniciativa legislativa o deputado Filipe Madeira, do PS, enquanto Veiga de Oliveira, do PCP, sublinhou durante o debate que uma coisa era um emigrante, li-

gado afectiva e politicamente ao seu país, votar para órgãos que iam gerir esse país do qual só por uns tempos se desligara, outra coisa era obrigar a votar os que abandonaram definitivamente Portugal.

Sousa Tavares também acabou por adogar posição diferente da da "AD". É ao que a "AD" chega. Um dirigente do grupo parlamentar maioritário na coligação mostra-se desfavorável a uma iniciativa que a maioria acarinha.

Esta lei está difícil. Cada artigo demora a votar. E os deputados não parecem muito entusiasmados em aprová-la. Na sexta-feira, por exemplo, faltava quorum para o início do debate.

Entretanto, no período de antes da Ordem do Dia de quinta-feira — período que estava decidido não haver —, o grupo parlamentar do PCP insistiu para que fosse lida uma declaração em homenagem aos antifascistas mortos no Tarrafal, cujos restos regressaram a Portugal há quatro anos.

Nesse dia — recordou o deputado José Manuel Mendes, do PCP, que tomou a palavra —, de modo emocionado, o povo português prestou uma inesquecível homenagem àqueles que, ao cabo de longos sofrimentos, viram extinguir-se-lhes as vidas que deno-

dadamente entregaram à luta pela liberdade e pela democracia.

O combate pela democracia continua — lembrou mais adiante o deputado comunista. — Somos mais, somos outros, mas ainda os mesmos, os que, sem claudicações, assumimos a responsabilidade de construir um Portugal melhor. Fazemo-lo porém sem esquecer os momentos pretéritos mergulhados em dor e sangue, tortura e morte, que foram necessários para que o grande rio libertador desaguasse em delta no mar de Abril. Recordar em cada ano o que foi esse campo de extermínio e ignominia a que já se chamou da "morte lenta" não é, de maneira alguma, um ritual. Trazer a esta Assembleia por breves instantes que seja, um breve filme dos crimes que o fascismo perpetrou não pode ser apenas uma evocação, por mais legítima, por mais necessária.

A memória do Tarrafal é ainda um sinal de alerta.

Quase todos os grupos parlamentares se associaram à homenagem. O CDS, pela voz de Robalo, recusou-se a invocar pretextos formais. Mas o deputado José Gama lá veio chorar algumas lágrimas de crocodilo pelo Tarrafal e pela... Polónia.

O povo toma a palavra sobre a revisão constitucional e passa sobre «entendimentos»

Curiosamente, agora, já não é publicamente a "AD" quem persegue o Partido Socialista a pedinchar consensos para a revisão constitucional. Já não é a "AD" a dar a entender que acordos existem encostando o PS à parede, envergonhado. Agora o que se passa é, publicamente, o contrário. Dirigentes do PS, com destaque para Almeida Santos, pronunciam-se a favor do "entendimento PS-AD".

Notícias, contraditórias embora, apontam para o fortalecimento dos laços que, aparentemente com cada vez maior força, unem os socialistas e a "AD". E enquanto Mário Soares, num dia, desmente ter havido encontros entre dirigentes do PS do PSD relativos à revisão constitucional, sublinhando que os acordos já obtidos o foram exclusivamente no âmbito da comissão eventual da revisão, um semanário da capital adiantava que tanto o PS como o PSD já tinham escolhido delegações de alto nível para encontros bilaterais no mesmo âmbito.

A política da informação e do desmentido que a confirma já é habitual. Sem desmentido — parece — uma notícia não merece confiança, para as bandas dos politiqueros.

Entretanto, Almeida Santos, dá mais elementos, em declarações proferidas para o "Comércio do Porto", no passado dia 21: "O entendimento", diz, "entre o PS e o PSD quanto a matérias respeitantes à revisão constitucional, nos casos em que existir, e seria bom que existisse, é perfeitamente natural". Almeida Santos deu também a entender que o seu partido se esforça no sentido de que seja conseguida uma maioria de 2/3 "indispensável à revisão". E à volta de quem se construiria essa maioria? Ele mesmo responde, afirmando só ser possível "com o acordo entre os partidos da FRS, com preponderância para o PS, e da AD, com preponderância para o PSD".

Nem a hipótese de dissolução da actual AR parece constituir impedimento para uma revisão inconstitucional da Constituição.

Mário Soares o afirmou, encerrando a interpelação do PS ao Governo, durante a qual foi patente o cordial bom comportamento da bancada interparitária. Prevendo a eventualidade da dissolução — da qual teve o cuidado de se dissociar — disse o secretário-geral do PS: "A revisão constitucional nem por isso deixará de fazer-se, se para tanto houver vontade política de dois terços desta Assembleia ou de outra que, eventualmente, possa suceder-lhe".

Será, provavelmente, com medo que não venha a ser esta a Assembleia que irá votar a revisão, que os socialistas afectos a Mário Soares se apressam no "entendimento". Entendimento que, como repetidamente afirmámos e ninguém desmente, versa sobre pontos fundamentais — retirar poderes ao Presidente da República, nomeadamente retirando-lhe a possibilidade de nomear as chefias militares, é um dos pontos em questão. Já Sá Carneiro se batera por ele. E o PS/Mário Soares, tomando-o hoje como sua reivindicação, mostra de que lado está.

Felizmente nem todos os socialistas alinham pelas posições de direita do secretário-geral. Muitos se mostram desfavoráveis a tais consensos, à volta dos quais o debate interno, no PS, ainda não terminou.

O próprio Comité Central do PCP, na resolução aprovada na sua última reunião, chama a atenção para o facto de que o PS não é uma força política homogénea. "Existe", afirma a resolução, "uma contradição conflituosa no seio do PS entre a posição colaboracionista com a

"AD" de Mário Soares e outros dirigentes do PS e um elevado número de socialistas (incluindo quadros da direcção) que se pronunciam contra a "AD", contra qualquer aliança com a "AD", e pela acção comum dos democratas".

O Comité Central concluiu que desta situação resulta uma dupla e contraditória intervenção do PS na vida política nacional: com a acção do secretário-geral e seus adeptos colaboram por um lado com a "AD" na sua permanência no poder e no plano de revisão inconstitucional da Constituição; e com a actuação de milhares de socialistas (incluindo dirigentes) por outro lado, luta contra a "AD" ao lado de comunistas ou convergindo com a sua acção.

A crítica ao colaboracionismo do PS/Mário Soares com a "AD" é não só plenamente conciliável com a política de unidade com os socialistas assim como todos os outros democra-

tas e patriotas, como também uma contribuição para o êxito dessa política de unidade.

Assim é também o entendimento de muitos socialistas, democratas e patriotas de várias tendências cujas convicções políticas e ideológicas os não impedem de, lado a lado com os comunistas, prosseguirem a luta em defesa de Abril. É por isso que, por exemplo, uma das grandes iniciativas unitárias em curso, para a qual o CC do PCP também chama a atenção pela sua importância, tem obtido um largo apoio popular.

Trata-se da Convenção Nacional Democrática, que vai realizar-se nos próximos dias 20 e 21 de Março. De todo o País as adesões vêm engrossar o caudal de organizações que se preparam para participar nos debates sobre a revisão constitucional. Realizam-se reuniões preparatórias, comissões dinamizadoras promovem iniciativas. O

apelo inicial, subscrito por 47 organizações — a que actualmente se juntaram mais de uma centena — que se constituíram em Comissão Promotora, é analisado e aceite em amplas sessões em que cada vez maior número de organizações profissionais, sindicais e culturais participam.

Amanhã mesmo, na sede da SFUAP, na Cova da Piedade, a Comissão Dinamizadora do Conselho de Almada para a Convenção Nacional Democrática — constituída pela Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadaense, pela Sociedade Filarmónica União Artística Piedense e Sociedade Filarmónica Incrivel Almadaense — promove uma reunião aberta a todas as colectividades de cultura, recreio e desporto, cooperativas, comissões de moradores, comissões de trabalhadores e comissões sindicais.

O povo toma, assim, a palavra.

Interrupção voluntária da gravidez Um debate sério com base nos factos

Já a campanha desinformativa se desinha contra os projectos de lei que o PCP em breve apresentará na Assembleia da República sobre a Defesa da Maternidade e Educação Sexual e a Interrupção Voluntária da Gravidez. Perguntará o leitor menos informado ou atento, se não valeria a pena "resumirmos as coisas" e falar simplesmente de projecto sobre o aborto. Precisamente não quer embarcar o PCP na campanha que a direita desencadeou. Chamar as coisas pelos seus nomes é já um modo de explicar as verdadeiras intenções dos promotores dos três projectos. O que a direita não faz, nem os poucos "jornalistas" que consegue arrebatados nos órgãos de manipulação que controla.

A propósito de uma sondagem publicada por um semanário da capital — o qual é bem explícito a indicar que 71 por cento dos inquiridos é favorável à interrupção da gravidez em "situações especiais" — órgãos estatizados de comunicação "informam" que os resultados de tal sondagem revelam que os portugueses se manifestam na maioria contra o aborto que o "PCP quer despenalizar".

Em alguns pontos do país, as caixas do correio enchem-se com prospectos a cores, mostrando que o aborto é feio. Ninguém nega. Lembra-se apenas aos manipuladores políticos que, em Itália, por exemplo, os sectores mais reaccionários chegaram a ir para as portas das igrejas mostrar as pessoas abortos em frasquinhos onde os teriam ido buscar?). Mas a campanha não pegou. O certo é que o aborto é um fenómeno social grave — no nosso país, a despeito de não haver números rigorosos, calcula-se entre 100 a 300 mil abortos por ano, realizados em condições dramáticas e perigosas para a saúde física e psicológica das mulheres. O certo é que a lei repressiva do aborto não resolve os problemas. Antes os agrava, forçando milhares de mulheres a recorrerem a essa "solução extrema" clandestinamente. O certo é que a lei nem sequer tem grandes efeitos punitivos ou dissuasivos, limitando-se a cumprir o seu papel de atirar para a sombra as práticas aborti-

vas, permitindo que traficantes encham os bolsos à custa do aborto.

O falar dos números

Ninguém poderá acusar o semanário que publicou os resultados da sondagem de particular simpatia para com o PCP. Por isso mesmo assumem especial significado os números publicados sábado passado pelo "Expresso": 71 por cento dos inquiridos admite o aborto em situações especiais. Quais? "Entre essas situações especiais — escreve o semanário — destacam-se a doença da mãe, perigo de vida para a mãe e filho e possibilidade de nascimento de uma criança defeituosa". E mais adiante: "Ocupa lugar importante ainda nestas situações especiais a condição económica e social, isto é, as dificuldades futuras na educação da criança e os problemas nomeadamente de natureza profissional ou social que ela acarretará para os pais".

Comparemos estas opiniões, reveladas pela sondagem — que não foi encomendada pelo PCP... —, com as "circunstâncias e motivos atendíveis" que o projecto comunista sobre Interrupção Voluntária da Gravidez prevê. Eis o teor do artigo 1.º do projecto:

"A mulher grávida pode solicitar a interrupção voluntária da gravidez, a ser praticada nas doze primeiras semanas, sob a direcção de um médico, em estabelecimento de saúde público ou privado especialmente autorizado, quando:

- a) gravidez tenha resultado de crime de violação ou outro acto susceptível de ser considerado como gravemente atentatório da liberdade da mulher;
- b) a interrupção da gravidez constitua meio adequado para remover sério perigo de lesão da saúde física ou psíquica da mulher;
- c) haja sério risco de que o nascituro venha a sofrer de grave doença ou malformação;
- d) a mulher, em razão da sua situação familiar ou de grave carência económica, esteja impossibilitada de assegurar ao nascituro condições razoáveis de subsistência e educação

ou a gravidez seja susceptível de lhe criar uma situação social ou economicamente incompensável.

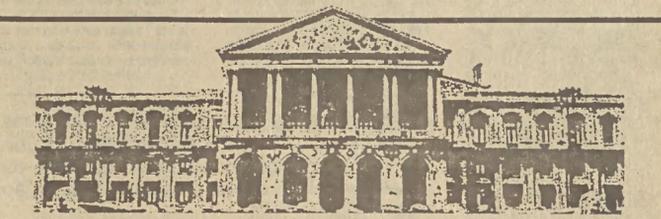
Não deixa de ser curioso verificar, por outro lado, que se apenas uma em cada cinco pessoas condena a interrupção voluntária da gravidez em qualquer circunstância, estes números não correspondem à percentagem de católicos no nosso país, que é naturalmente muito mais elevada. Significativo é, porém, o facto de os católicos praticantes serem desfavoráveis ao aborto. Mas tal não constitui razão para que se parta em guerra contra o projecto comunista por motivos "religiosos". Com efeito, o projecto não obriga ninguém a prescindir dos seus imperativos de consciência. Mesmo no que toca à objecção de consciência dos próprios médicos, ela é contemplada no diploma, no seu artigo 6.º:

"Os estabelecimentos de saúde públicos autorizados a praticar a interrupção voluntária da gravidez serão organizados por forma a disporem dos serviços que para o efeito se mostrarem necessários, sem prejuízo do reconhecimento do direito de objecção de consciência dos médicos e demais profissionais de saúde em relação a actuações directamente ligadas a aquelas intervenções.

O CDS teme ficar isolado, apela para a hierarquia católica — à qual, obviamente, se reconhece o direito de exprimir a sua opinião sobre o assunto. O CDS sente-se sozinho, à margem da polémica que "invadiu" os dois outros grandes partidos representados na AR.

O PS, abalado, como em cada uma das grandes questões nacionais que se colocam, prepara-se, segundo se diz, para dar liberdade de voto aos seus deputados. No PSD, as opiniões também se dividem, como era de esperar.

Uma necessidade salta aos olhos: é que, para além de um grande debate nacional, que o PCP deseja, a discussão destes diplomas deve ser feita à luz dos dados reais, dos factos, e não a partir de tomadas de posição emocionais, com as quais se procura esconder o fundo dos problemas.



Iniciativas do PCP na Assembleia

Brevemente — a marcação da data depende ainda da questão da moção de censura do PS ao Governo a ser debatida antes — o PCP vai interpelar o executivo da "AD". Na Assembleia da República, o Governo terá de sentar-se e responder às questões que os comunistas vão colocar. Tal como resolveu o Comité Central, na sua reunião de 17 do corrente, a interpelação versará a actuação do Governo e afirmações caluniosas e provocatórias relativas à greve geral do dia 12 de Fevereiro. Veremos se o Ministro da Administração Interna, Ângelo Correia, persiste em se manter na sombra.

Outras iniciativas da PCP na Assembleia da República provam o empenhamento dos comunistas em continuar, naquele órgão de soberania e através do seu grupo parlamentar, a lutar por "uma legislação que beneficie o povo e o país contra a política do Governo "AD e da maioria "AD", como também sublinha o Comité Central.

Estão neste caso os três projectos que o PCP apresentará proximamente na AR, sobre a Defesa da Maternidade, o Planeamento Familiar e Educação Sexual e, ainda, a Interrupção Voluntária da Gravidez, projectos que estão a dar que falar, tanto nos meios políticos como junto da opinião pública.

Recentemente o Partido apresentou também na AR um projecto de lei tendente a assegurar a gratuidade dos cuidados de saúde prestados em serviços públicos. O projecto visa revogar as medidas governamentais que aumentam as inconstitucionais "taxas moderadoras", em prática nos Serviços Médico-Sociais, e o recente despacho que faz depender de pagamento de taxas o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde prestados nos estabelecimentos hospitalares (internamentos, urgência, consultas, meios complementares de diagnóstico e tratamentos).

O grupo parlamentar do PCP fez ainda a apresentação, através das camaradas Silva Graça e Zita Seabra, no próprio dia 12 de Fevereiro — dia da greve geral — de três projectos de lei sobre a habitação. Apesar de se encontrarem presentes apenas cinco deputados nas bancadas comunistas, nesse dia, o PCP teve na Assembleia um papel activo.

O primeiro projecto apre-

sentado — e que recolheu um certo consenso, marcado logo através dos pedidos de esclarecimento — propõe a introdução de alterações na legislação urbanística, nomeadamente em relação à produção e controlo do solo urbanizável. Aponta assim medidas que visam atribuir aos municípios competência para aprovarem os planos necessários à concretização de uma política de solos para urbanização; conceder a esses planos e actos dos municípios a eficácia necessária e possibilitar-lhes os mecanismos adequados a evitar a especulação, ao mesmo tempo que visa dotar os municípios de meios financeiros a uma adequada política de solos.

O segundo projecto pretende a revogação do decreto do Governo que altera as regras de transmissão do arrendamento ou celebração de novo contrato. A importância deste projecto é acabar com a possibilidade, aberta pela "AD", de "fazer da morte a peça mestra da actualização das rendas", como hoje sucede.

Quanto ao terceiro projecto, visa estabelecer a obrigatoriedade de arrendamento dos fogos devolutos. Os dois últimos projectos, como era de esperar, não foram bem aceites pela direita.

CONVENÇÃO NACIONAL DEMOCRÁTICA 20-21 MARÇO 1982 LISBOA EM DEFESA DA DEMOCRACIA



No Porto Reunião preparatória da Convenção

Com o objectivo de iniciar os trabalhos de dinamização da Convenção e discutir aspectos organizativos, realizou-se no passado sábado, nas instalações do FITEI, uma reunião aberta a todas as organizações do Porto signatárias do apelo da Convenção Nacional Democrática.

Na reunião estiveram presentes representantes da Cooperativa de Habitação Económica "Novo Ninho", Cineclube do Porto, União das Associações de Moradores do Porto, Associação de Reformados Pensionistas e Idosos, Cruzada de Bem-Fazer de Colmbres, Sindicatos da Indústria de Bebidas do Norte e Centro, dos Metalúrgicos, dos Gráficos e do Comércio, Con-

selho de Mulheres do Norte, Comissão Distrital do Porto do MURPI, MDM/União, USP, FITEI, Grupo dos Modestos.

Além destas organizações presentes, aderiram já a Cooperativa Anore, MARIN, Teatro Experimental do Porto, Movimento Voluntário Desportivo e Aliança das Ligas Agrícolas do Norte.

Assembleia no Porto de partidários da paz

Em recente reunião, a Comissão Organizadora da Marcha da Paz/Porto decidiu promover em meados de Março, no Porto, a realização de uma Assembleia de Partidários da Paz, para a qual desde já convoca todas as pessoas interessadas e em particular os subscritores do apelo para a Marcha da Paz/Porto.

Na sua reunião, a Comissão procedeu ainda ao balanço da Marcha e concluiu que a participação de dezenas de milhares de pessoas — atesta significativamente o apoio e adesão que os seus objectivos e consignas recolhem entre a população do distrito, designadamente entre as camadas mais jovens.

Cultura popular tema de curso na UP do Porto

"Cultura Popular em Portugal" é tema para um curso organizado pela Universidade Popular do Porto e orientado pelo dr. Hélder Pacheco.

Com início em 3 de Março o curso decorrerá em 12 sessões que versarão os seguintes temas: Cultura e Sociedade; Cultura e Património Cultural; Definição Teórica de Áreas de Activi-

dade Cultural; Análise Prática do Património Cultural Popular no Domínio do Ambiente; Análise Prática do Património Cultural Popular Português nos Domínios das Artes e Artesanato Popular; Património Cultural Popular; Tradições Locais e Populações; Tradição e Renovação nas Culturas Populares; Os Criadores de Cultura; Política Cultural; Defesa e Desenvolvimento das Culturas Populares e Sistema Social.

Rectificação

A transladação dos antifascistas mortos no Tarrafal para o cemitério do Alto de S. João, em Lisboa ocorreu a 18 de Fevereiro de 1978 e não a 16, como por

lapse escrevemos no nosso número anterior. Aproveitamos a oportunidade para também rectificar que a saída do camarada Francisco Miguel Duarte do "campo da

morte", se verificou em 26 de Janeiro de 1954 e não um ano antes, como erradamente referimos. O camarada Francisco Miguel, recorde-se, foi o último prisioneiro a sair do Tarrafal.

Cinema e convívio

Na sede da Associação de Amizade Portugal-URSS, em Lisboa, realizam-se todas as sextas-feiras, às 21.30 horas, sessões de cinema. Amanhã serão apresentados filmes sobre o encerramento dos Jogos Olim-

pícos, desporto para todos e cada um e ainda a película "União indestrutível".

Entretanto no próximo dia 6 de Março terá lugar naquela sede uma reunião-convívio dos alunos dos cursos de Língua Rus-

sã. Durante o encontro serão debatidos problemas relacionados com o estudo daquela língua, seguindo-se um concurso de canções, declamação de poesias e confraternização.

Poder local

Em Lisboa, no próximo sábado

Seminário sobre Poder Local debate «pacote legislativo» da «AD»

Com início às 14 e 30 do próximo sábado, realiza-se no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em Lisboa, um Seminário sobre o "Pacote Legislativo" do Governo em Matéria de Poder Local promovido pela revista "Poder Local"...

Como primeira nota adianta-se que já anunciaram a participação neste seminário não apenas especialistas de diversas orientações políticas como ainda eleitos para órgãos autárquicos, não só da APU como também do PS e da coligação governamental.

Esta iniciativa "visa propiciar aos membros dos órgãos do Poder Local, técnicos, trabalhadores da administração central e local e outros cidadãos interessados na matéria, a reflexão, o estudo e o debate sobre as consequências que teria a aprovação, promulgação e entrada em vigor dos diplomas que integram este "pacote" (lei eleitoral para as autarquias, nova lei das autarquias, substituição da actual lei das finanças locais lei de delimitação de responsabilidades em matéria de investimentos, lei sobre comparticipações da Administração Central em investimentos intermunicipais, lei da tutela sobre as autarquias). Será também abordada a incidên-

exercício pessoal e secreto do voto).

Quanto à revisão da Lei das Autarquias pretendida pela "AD", a concretizar-se, traduzir-se-ia num sério golpe à representatividade e democrática do exercício do Poder Local, nomeadamente ao reduzir o número de membros eleitos para órgãos autárquicos.

Os trabalhos encerrarão às 20 horas, havendo meia hora antes uma intervenção final conclusiva.

Os temas do Seminário

Convém recordar alguns dos aspectos mais gravosos contidos no "pacote legislativo" do Governo em matéria de Poder Local, que serão debatidos em profundidade no Seminário do próximo sábado.

Assim, a proposta de uma nova Lei Eleitoral para as Autarquias acarretaria de imediato gravíssimas restrições à liberdade de propagação — e mais: proporcionaria a generalização abusiva do voto por correspondência, despoindo-o de garantias de seriedade (ficaria fortemente comprometido o

exercício de apoio centrais, beneficiando as autarquias onde dominam os seus parceiros em detrimento das que apresentam maiorias de oposição. Além disso agravaria a situação financeira das Freguesias e eliminaria a obrigação do Governo em criar linhas de crédito bonificadas.

No aprovar é que vai o ganho... da "AD"

Mas há mais: a pretendida Lei dos Investimentos do

idades" para as Autarquias apresentaria ainda uma originalidade: a necessidade de protocolos prévios entre cada Autarquia e o Governo acompanhando as transferências, o que provocaria enorme insegurança e abriria caminho a toda a espécie de subjectivismos nas decisões do Poder central, que "financeira" como entendesse as Autarquias.

Também o novo projecto de Decreto-Lei da "AD" sobre Investimentos Intermunicipais vem confirmar a injustiça e a imoralidade da legislação já aprovada nesse sentido pelos sucessivos governos "AD". O regime de "investimentos intermunicipais", imposto no quadro da Lei do OGE de 1980 pelo Governo de Sá Carneiro, seria confirmado e ampliado em 1981 pelo Governo Balsemão e a sua maioria parlamentar, constituindo uma porta aberta ao favorecimento de autarquias com a desvição de verbas (que deveriam ser distribuídas segundo os critérios da Lei das Finanças Locais) para as regiões, sub-regiões e sectores que mais "agradam" ao Governo, isto é — que lhe interessa privilegiar. Um exemplo: o Alentejo apenas recebeu 10% da verba global e o Algarve 1% (três empreendimentos alargados obtiveram 5063 con-

tos de comparticipações da Administração Central e 13 da Região Norte conseguiram 429 677 contos desse financiamento).

Outro "elemento" deste pacote legislativo em matéria de Poder Local é a chamada Lei da Tutela, que mais não pretende que consagrar o dever geral das Autarquias em informar a Administração Central sobre o que este solicite e ainda impor a possibilidade do Governo dissolver órgãos autárquicos, com a agravante de tornar inelegíveis para o mandato seguinte os membros desses órgãos, o que permitiria afastar até dos actos eleitorais os elementos mais prestigiados dos partidos da oposição.

Entretanto temos um "debate público sobre regionalização" promovido pelo Governo que se estenderá até Junho, e que torna evidente o propósito essencial que a "AD", através do seu Governo pretende prosseguir: conduzir uma vasta operação demagógica com vista às próximas eleições autárquicas, dando um "ar" de grande empenho na descentralização (que subverte, na prática) e, ao mesmo tempo, procurar fazer esquecer os graves atentados ao exercício democrático do Poder Local que pretende concretizar através deste "pacote legislativo".

PCP debate Autarquias em Coimbra

O Plenário da Comissão Distrital de Coimbra do PCP decidiu convocar para o próximo domingo, 28 de Fevereiro, um Encontro Distrital do PCP sobre Autarquias Locais, primeira grande iniciativa política com vista às eleições autárquicas. O Encontro, que se iniciará às 14 e 30 no Teatro da Faculdade de Letras, em Coimbra, fará um balanço da actividade dos órgãos da APU no distrito e da gestão das autarquias de um modo geral, ao mesmo tempo que se apontarão as tarefas imediatas no sentido de preparar a participação da APU nas próximas eleições, tomando como objectivo central derrotar a "AD" e eleger cidadãos democratas, dedicados e competentes, que ponham o seu trabalho efectivamente ao serviço das populações.

«Prosseguir Alqueva»

Hoje, às 21 horas, reúne-se na Casa do Alentejo, em Lisboa, a Comissão de Defesa do Alqueva, constituída por diversas Câmaras Municipais e outras organizações alentejanas, para fazer o ponto da situação e aprovar medidas tendentes a intensificar o movimento de opinião pública em prol do empreendimento do Alqueva.

O gabinete de informação da Câmara Municipal de Moura, que distribuiu aos órgãos de informação o anúncio deste encontro na Casa do Alentejo, sublinha que

a resolução n.º 395/80 do Conselho de Ministros aprovando a retomada de trabalhos de Alqueva, fez renascer de novo no nosso espírito, a esperança na concretização deste empreendimento", mas, recorda o comunicado, até agora não se deu qualquer passo nesse sentido.

Comemorações na Bandoa

A Junta de Freguesia da Brandoa prossegue no próximo fim-de-semana as comemorações do seu 2.º aniversário, cujo programa resumido apresentamos: Sábado: 9 e 30, atletismo (infantil e juvenil) a realizar no Largo dos Reformados e ruas circundantes; 11 horas, abertura da biblioteca "Luís de Camões" — Centro de Convívio dos Reformados da Brandoa; 15 horas, Festival da canção infantil (1.ª eliminatória) — no pavilhão polivalente, o qual servirá, ainda no sábado, para actuação de grupos infantis (17 horas) e baile (21 horas).

No domingo de manhã a Banda de Sacavém percorrerá toda a Freguesia e às 10 horas inicia-se uma mini-maratona, estando previstas igualmente sessões de teatro infantil; à tarde actuará a Banda Musical Odivelense, realizar-se-á o final do Festival de canção infantil e às 18 horas encerrarão as comemorações com a entrega de prémios. Festa rija, na Brandoa!

Convívio da APU em Benfica do Ribatejo

Benfica do Ribatejo teve festa no passado dia 20. Um convívio promovido pela APU mobilizava os benfiquenses durante a tarde para um torneio de futebol de salão disputado por crianças e adultos, continuando à noite com um espectáculo e uma intervenção política de um elemento da Assembleia Municipal de Almeirim, a que assistiram cerca de 500 pessoas.

O espectáculo e a sessão decorreram na Associação Humanitária Benfiquense, onde actuaria Fernando Farinha. Finalmente o dr. José Manuel Sampaio, na sua intervenção, fez um balanço do trabalho dos eleitos da APU no concelho de Almeirim, apontando perspectivas de trabalho futuro, nomeadamente com o objectivo e a necessidade de reforçar a votação na APU nas próximas eleições.

Gondomar Se o PS se dispusesse à unidade a vida no concelho seria melhor

Prosseguindo os objectivos da entrevista com o vereador da APU, na CM do Porto, — recentemente publicada — denunciar a gestão desastrosa da «AD» nas Câmaras do Grande Porto e divulgar o importante papel dos eleitos da APU na defesa dos interesses das populações — O «Avante!» falou desta vez com Fernando Severo, vereador da APU na Câmara Municipal de Gondomar.

«Avante!» — Vereador da APU na Câmara Municipal de Gondomar a tempo inteiro há cerca de dez meses tens a responsabilidade dos Serviços Municipais de Habitação. Que foi possível fazer, até agora, que dificuldades, quais as perspectivas?

Fernando Severo — Antes de mais convém esclarecer que o âmbito da nossa responsabilidade no pelouro está bastante limitado pelo facto de áreas fundamentais para a definição e desenvolvimento de uma política habitacional, continuarem na competência directa do Presidente e não do vereador do pelouro. É o que se passa, por exemplo, no que respeita à política de solos. Na verdade, o Presidente tem vindo a adiar sucessivamente a compra e expropriação de terrenos indispensáveis ao cumprimento dos planos de apoio à autoconstrução.

Além disso, a nossa acção é necessariamente limitada, quer pela política do Governo «AD»,

no que respeita a habitação, quer pela indefinição de uma política municipal para o sector.

Nestas condições, apesar de tudo, temos ido tão longe quanto é possível, encaminhando para a conclusão os bairros de iniciativa da Câmara e do Fundo de

«As forças democráticas são maioritárias no concelho. Se o PS se dispusesse à unidade, a actuação coordenada do PS e da APU permitiria definir o essencial da acção camarária»

Fomento da Habitação, os quais se encontravam paralisados nalguns casos há cerca de três anos, quer por falta de financiamento do Governo, quer por inadmissíveis atrasos, imputáveis ao Presidente da Câmara, pela não conclusão das obras. Já conseguimos que fossem entregues 16 fogos. Estamos neste momento a proceder à en-

Entrevista com Fernando Severo vereador da APU

trega de mais 24 fogos no conjunto da Giesta-Vaibom — este empreendimento estava paralisado há cerca de três anos. Estão em vias de conclusão mais 64 fogos de iniciativa da Câmara do conjunto habitacional de Cafanaz, o qual estava igualmente paralisado há cerca de dois anos por abandono da obra por parte do empreiteiro. Conseguimos

igualmente que o conjunto da Fonte — Rio Tinto ficasse concluído em Junho deste ano — pois encontrava-se paralisado há cerca de 16 meses. Conseguimos fazer avançar o plano de recuperação de imóveis degradados, recuperando um atraso de anos na sua concretização. No decurso destes dez meses foram realizadas cerca de oi-

lenta obras, no valor aproximado de 4500 contos, ou seja quase tanto como nos três anos anteriores.

Naturalmente que, na falta de uma política integrada, visando a resolução dos problemas da habitação, na altura em que o Governo dissolve o FFH, não dá continuidade ao processo PRID (Programa de Recuperação dos Imóveis Degradados) corta o crédito às cooperativas de habitação e à aquisição de habitação própria, não avalia os contratos de desenvolvimento, em que o presidente da Câmara se nega a transferir competências decisivas para a acção a desenvolver no sector. É evidente que as perspectivas não poderão ser brilhantes. Continuaremos, no entanto, a lutar, a denunciar as barreiras que nos são levantadas, os bloqueios artificialmente impostos e a trazer a público as necessidades da população e as reais possibilidades de as resolver.

«Avante!» — Como já disseste, o problema da habitação não depende exclusivamente da Câmara. O Governo

acabou com o FFH, boicota a construção de novas habitações e roubou ao concelho, pela não aplicação da Lei das Finanças Locais, só em 1981, 260 mil contos. O novo «pacote local», preparado pelo Governo, irá restringir ainda mais a possibilidade de actuação das Câmaras. A concretizar-se, que respercussões terá para Gondomar?

Fernando Severo — Ainda mais? Graças à falta de cumprimento da Lei das Finanças Locais e à política pouco criteriosa que tem sido seguida pela Câmara, a situação em Gondomar é esta: para realização do plano de investimento camarário, a Câmara não dispõe senão de 30 mil contos. Do total de 495 mil contos do orçamento camarário, 465 mil estão tomados à partida pelas despesas correntes e encargos com obras em curso e relativas a anos anteriores. É evidente que a concretizar-se o pacote local a situação irá agravar-se insuportavelmente. Mesmo sem ele a Câmara não tem as mínimas condições para responder às



«Continuaremos a lutar, a denunciar as barreiras que nos são levantadas, os bloqueios artificialmente impostos e a trazer a público as necessidades da população e as reais possibilidades de as resolver»

mais instantes necessidades da população do concelho.

«Avante!» — A Câmara de Gondomar é «AD», a sua actuação é ineficaz. Parece-me, no entanto, ser das Câmaras do distrito em que a «AD» tem um papel mais apagado. É verdade? Tem alguma coisa a ver com o relacionamento das forças democráticas?

Fernando Severo — Na verdade a gestão «AD» tem-se limitado à concretização, e mal, dos projectos vindos dos anteriores executivos. As deficiências da sua acção não ressaltam com mais clareza porque os vereadores da APU no sentido de desmascararem perante a população a ineficácia da gestão «AD». Na verdade, a acção do eleito do PS tem-se caracteri-

zado pela ausência frequente, às reuniões da Câmara e pela sua incapacidade em elaborar qualquer proposta, que vá de encontro aos interesses da população.

As forças democráticas são maioritárias no concelho. Se o PS se dispusesse à unidade, a actuação coordenada do PS e da APU permitiria definir o essencial da acção camarária.

«Avante!» — A luta e a participação das populações na vida do concelho é, cada vez mais, uma constante nas autarquias, neste caso do Grande Porto. Gondomar confirma a regra?

Fernando Severo — Sim. A participação das populações nas sessões da Assembleia Municipal das Assembleias de Freguesia e nas sessões públicas da Câmara e das Juntas é cada vez

maior. Já, as populações através de comissões de moradores, de comissões unitárias de mulheres, de delegações de colectividade, de grupos de moradores e, até, individualmente, colocam as suas reclamações, obrigando muitas vezes à satisfação de prementes necessidades e até ao recuo de medidas lesivas dos seus interesses, como já mais de uma vez aconteceu em relação à revisão de tarifas de água e luz e à revisão das rendas dos bairros do FFH. Além disso, muitas vezes grupos de moradores dirigem-se com frequência à Câmara reclamando a resolução de problemas de ordem pontual, obrigando o Presidente a recebê-los, mesmo quando este se recusa, fazendo ver pela sua acção que o 25 de Abril continua vivo, ao contrário do que muitos pretendiam.

Terra

Novo Governo e nova política

— exigem UCPs Coop. de Beja

Prosseguir a resistência à destruição das UCP/Cooperativas, denunciar as ilegalidades e arbitrariedades de que são vítimas, bem como a corrupção e a sabotagem praticada pelos agrários, eis, em síntese, as grandes linhas que norteiam a acção dos trabalhadores agrícolas e que foram reafirmadas na assembleia geral recentemente promovida em Beja pelo Secretariado Distrital das UCP/Cooperativas Agrícolas.

Convocada para apreciar o relatório e contas do exercício de 1981 e eleger os corpos sociais para o biénio 1982-83, aquela reunião saldou-se por mais uma importante jornada em defesa da Reforma Agrária.

Fazendo um balanço do ano de 1981, o Secretariado Distrital caracterizou-o como aquele em que se intensificou mais a brutal ofensiva contra as UCP/Cooperativas o que, a juntar ao mau ano agrícola provocado pela seca, veio agravar consideravelmente as já de si «difíceis condições de vida» dos trabalhadores do Alentejo e Ribatejo.

No entender do Secretariado tal atitude do Governo visa única e exclusivamente a total destruição da Reforma Agrária. Para isso, não olham a meios e os exemplos aí estão a comprová-lo: as «ilegalidades cometidas nos processos de reservas» como se comprovou pelos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis às UCP/Cooperativas. Isto aliás, acentua o referido documento, leva justamente os trabalhadores a con-

cluír que se adensaram «os fumos de corrupção» que pairam pelos serviços do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas (MACP).

Referindo-se ao pretenso diálogo que os «senhores Basílio Horta e Silva Maças» disseram querer encetar com os trabalhadores, o Secretariado classificou-o de mais uma manobra demagógica para «quebrar a uni-

dade dos trabalhadores na luta em defesa das suas UCP/Cooperativas».

E recordam os dirigentes do Secretariado de Beja a propósito do já celebre inquérito para averiguar da viabilidade das UCP/Cooperativas que quando estas pediram elementos, informações e esclarecimentos aos serviços do MACP e se profitti-

caram através do Secretariado a fazer o acerto de contas, não só não obtiveram qualquer resposta como ainda o Governo intensificou a usurpação de terras e bens, apertou o cerco financeiro, permitindo mais terras abandonadas, e criando mais desemprego».

Integrando a luta dos trabalhadores agrícolas do Sul na luta

mais geral em defesa do Portugal de Abril, o Secretariado sublinha a concluir que só «um novo Governo, com uma nova política que respeite os interesses dos trabalhadores no quadro democrático saído do 25 de Abril» poderá desenvolver a nossa agricultura, melhorar a vida nos campos e defender os interesses dos trabalhadores e do país.

Uma política que salve a lavoura

— Reclamam agricultores do Porto

Com a presença de 150 agricultores e o apoio de 23 organizações (Cooperativas, Ligas, Casas do Povo, Organizações de Rendeiros e Conselhos Directivos de Baldios), realizou-se recentemente no Porto, na Faculdade de Economia, um Encontro das Organizações de Lavoura e dos Agricultores daquele distrito.

«Não é com esta política que o país e a agricultura se governam. Assim governam-se alguns. A agricultura e os agricultores protestam e reclamam uma política que salve a agricultura da miséria» — diz-se no documento final do encontro.

No campo do apoio financeiro à lavoura, exigem-se as seguintes medidas: créditos para fazerem face às despesas do novo ano agrícola com juro a 8 por cento; manutenção do crédito agrícola de emergência através das cooperativas com juro a 8 por cento e sem hipotecas; pagamento dos subsídios e indemnizações aos agricultores vítimas do mau ano agrícola; pagamento imediato do subsídio de gasóleo e subsídio de silagem; criação urgente de um verdadeiro seguro nacional agro-pecuário.

Também o aumento dos encargos à lavoura constitui motivo de preocupação para os agricultores: tabelamento e medidas para a redução dos preços dos principais produtos e fiscaliza-

ção da qualidade dos mesmos; anulação das taxas de importação; facilidades e créditos para a compra de máquinas e alfaias; aumento das pensões e reformas de velhice e invalidez para quatro mil escudos; abolição das taxas moderadoras e dos aumentos nos medicamentos e hospitais.

No seu caderno os agricultores do Porto reclamam por outro lado recursos justos e compensadores para os produtos agrícolas, nomeadamente a actualização do preço do leite para 23 escudos e do gado (novilho, 250 escudos; boi, 235 escudos e vaca, 220 escudos), bem como o fim das importações desnecessárias de «produtos que a lavoura nacional sabe e pode produzir».

Foi abordada ainda a questão do arrendamento e da estabilidade e defesa dos que cultivam as terras. A este propósito o Caderno de Reclamações sublinha que o contrato de arrendamento deve ser feito por escrito e o seu prazo alargado para 18 anos, que seja abolido a parceria e defendida a lei do arrendamento. No que se refere aos baldios, exige-se o respeito e o cumprimento da Lei dos Baldios pelos Serviços Florestais e o descongelamento das receitas dos baldios e sua entrega aos Conselhos Directivos.

A aprovação deste Caderno de Reclamações foi considerado por todos os presentes como um factor de reforço da unidade e da força dos agricultores do distrito.

Leite: produtores exigem nova classificação

Com o objectivo de discutir o actual sistema de recolha e classificação do leite, produtores de Moleiro do Minho e Vilar de Mouras, concelho de Caminha, reuniram-se na passada semana na Câmara Municipal de Caminha, tendo manifestado o seu desacordo com aquela classificação e reclamado a existência de apenas duas classes, a 'A' e a 'B' e o fim da classe 'C'.

Esta questão da classificação do leite tem provocado alguns conflitos na região de que já resultou a imobilização de viaturas da Cooperativa Leiteira de Vila do Conde (A.gros) em diversas localidades.

Aquela cooperativa leiteira pretende manter o leite com a actual divisão em três classes pelo que os produtores deci-

diram tomar «medidas mais drásticas caso a Agros se mantenha inflexível na sua posição».

A actuação do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, que se mantém inoperante, não criando «salas de ordenha em condições para uma eficaz recolha e classificação do leite», foi também criticada no decorrer da reunião.

União de cooperativas da Volta do Vale

Com a presença de cerca de 500 pessoas realizou-se no último sábado, dia 20, nas instalações da UCP «Águas Belinhas», concelho de Coruche, um almoço comemorativo da formação da União de Cooperativas da Volta do Vale.

Agrupando as UCP's «Águas

Belinhas», «Monte da Unidade», «Avante 25 de Abril», «14 de Outubro» e «Vitória de Setembro», esta nova união resultou da violenta ofensiva contra a Reforma Agrária levada a cabo pelos sucessivos governos de direita, que têm roubado às cooperativas as melhores terras, os ga-

dos, máquinas e alfaias. Os trabalhadores pretendem desta maneira aproveitar da melhor forma os recursos existentes e salvaguardar os postos de trabalho.

No decorrer do almoço foram proferidas duas intervenções: uma, de José Marques, em nome do Sindicato do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém, e outra do camarada Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC, que fez uma análise da situação política actual e das tarefas que se colocam ao Partido e a todos os trabalhadores e democratas.

Como convidados estiveram também presentes o camarada Álvaro Brasileiro, deputado do PCP, e delegações da União dos Sindicatos do Distrito de Santarém, do Sindicato dos Operários Agrícolas, da CRA, da CRARA e diversos técnicos agrícolas.



O esforço e a organização dos trabalhadores para enfrentar a ofensiva contra a Reforma Agrária

Trabalhadores

A luta continua!



Plenário Nacional de Sindicatos Confirmado o êxito da greve geral

- Marcadas novas acções de massas
- Em preparação a Marcha contra o desemprego

Teve início e vai continuar por todo o País um debate aprofundado sobre os objectivos e os resultados da greve geral de 12 do corrente e no dia 6 de Março próximo haverá manifestações populares a nível nacional contra a política e o Governo da coligação "AD". Com a realização dessas iniciativas, que mobilizam todo o movimento sindical, coincidirá no fim deste mês uma Marcha contra o desemprego, conforme foi confirmado em plenário nacional de sindicatos que, convocado pela CGTP-IN, decorreu na Voz do Operário em Lisboa, sábado passado, com a participação de 182 associações sindicais.

O êxito da greve geral foi por sua vez confirmado pelo órgão máximo da Central entre Congressos que foi, como sempre, aberto à participação de todas as associações sindicais independentemente da sua filiação. Foi analisado também o papel do Governo, dos divisionistas da UGT, de Mário Soares, da RTP, RDP e forças políticas que combateram a greve geral de 12 do corrente, prejudicando alguns dos resultados, mas sem conseguirem empanar o seu significado e alcance nacionais. A contragreve teve efeitos a nível de alguma informação estatizada que, embora não aderisse à greve (RTP e RDP) praticamente não existiu, ou não mereceu que como tal se considerasse. Consiste nesse facto uma das razões por que é necessário levar aos trabalhadores e ao povo português os factos, os nú-

meros, os objectivos verdadeiros e o alcance da forma de luta aprovada em plenário nacional de sindicatos em 15 de Janeiro findo e concretizada na greve geral de 24 horas em 12 do corrente. A análise do plenário nacional que, como se sabe contou com a participação de 21 associações sindicais não filiadas na CGTP-IN, repartiu-se por numerosas intervenções. Traves mestras dessas intervenções foram o êxito da greve, (dado concreto fundamentado em factos e números entretanto apurados e tornados públicos), os esforços ilegais do Governo para combater a greve (comportamento "fascizante", designadamente nas ruas e na televisão), condenação firme desse comportamento do Governo, da UGT e de Mário Soares (quanto à actuação deste último, o plenário referiu-

como "grave cedência às forças da direita, colocando-se em oposição à luta de milhares de trabalhadores socialistas que aderiram à greve") e, por último, o papel inqualificável da televisão e da rádio antes e durante o período da jornada nacional.

Marcha contra o desemprego

Com condições para ser "uma grande iniciativa de massas", a Marcha contra o Desemprego, cuja realização foi decidida no plenário nacional de sindicatos que marcou as 24 horas de greve

Évora-Lisboa é o outro percurso central. A partida é no dia 30 do mesmo mês. A Marcha contra o Desemprego terminará em Lisboa no dia 3 de Abril. A chegada dos 2 percursos coincidirá. Os manifestantes devem encaminhar-se para o Marquês de Pombal onde partirá um desfile com o início previsto para as 16 horas de 3 de Abril. Entre outros merecem destaque os seguintes objectivos da Marcha contra o Desemprego: 1.º Exigência de uma política que ponha termo aos despedimentos, à repressão e à utiliza-

3.º Avaliar, distrito a distrito, a situação no campo do desemprego e dos contratos a prazo, designadamente no que diz respeito à juventude; 4.º Sensibilizar à opinião pública e instituições com grande implantação social, autarquias e personalidades para que participem no combate ao desemprego; 5.º Revelar publicamente e combater a utilização abusiva dos contratos a prazo e exigir a alteração da lei actual sobre esse tipo de contratação; 6.º Mobilizar, alertar e organizar melhor a juventude na luta contra o desemprego e pela obtenção do primeiro emprego. Os trabalhos de preparação da Marcha estão a decorrer. No âmbito da Marcha, entre outras iniciativas, estão previstos ao longo dos percursos, concentrações, comícios, paralizações simbólicas, sessões públicas de vários géneros e recolhas de fundos. Uma Comissão Nacional tem a seu cargo a preparação da Marcha. As União Distritais de Sindicatos estão directamente ligadas a esse trabalho, designadamente as que cobrem os locais a percorrer pela Marcha. Estão previstos serviços de apoio que contarão com comissões específicas.

N.º de desempregados	Taxa de desemprego
1975 - 133 000	3,5%
1977 - 291 000	7,1%
1979 - 343 000	8,3%
1981 - 380 000	8,8%

(Em «O Metalúrgico» - Fevereiro de 1982)

ve geral para 12 do corrente, está prevista com dois percursos centrais para o período de 28 de Março a 3 de Abril próximos. Porto-Lisboa é um dos percursos centrais. O início está previsto para 28 de Março.

ção abusiva dos contratos a prazo; 2.º Exigência de uma política que promova o desenvolvimento e reduza progressivamente o desemprego criando novos postos de trabalho;

Sindicatos respondem às manobras de repressão do governo e do patronato

Comandadas pelo Governo as formas de repressão da greve geral começaram pela Televisão entrando em milhões de casas, alastraram à Rádio e foram propagandeadas a torto e a direito por tudo o que é folha reaccionária impressa e interessada em seguir a par e passo as directivas da política e do Governo "AD". Não é por isso de estranhar que a intimidação e a repressão não se limitassem às ruas onde, exercendo os seus direitos, trabalhadores se concentraram legalmente e formaram piquetes de greve. A intimidação e a repressão atingiram as empresas onde não foi necessário haver incidentes para surgirem ameaças de despedimentos, para o levantamento de processos disciplinares e para coacções de várias ordens que incidem principalmente na segurança do emprego. A greve geral não foi uma luta isolada. As suas consequências e resultados não diferem dos da luta geral dos trabalhadores e do movimento sindical.

As informações apenas começam a chegar. Já se sabe porém de alguns casos. Logo no dia 8, na vila de Belmonte, um tal João Adolfo, «dono das Confecções Vamoça e ainda de uma serração», tentou agredir dois dirigentes sindicais, «quando estes procediam à distribuição de propaganda da greve geral do dia 12 de Fevereiro», acusa o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa. «Para além de lançar um cão — pomenoriza o Sindicato — sobre os dois dirigentes, o patrão tentou ainda atropelar uma nossa dirigente sindical, ao mesmo tempo que o generoso brovaca os dirigentes com palavras obscenas».

Em Felgueiras, na Brasília (calçado) o patrão não deixou entrar um trabalhador a quem levantou um processo disciplinar ameaçando-o com despedimento; na Verac (calçado) por ter chegado à fábrica com um autocolante de adesão à greve um trabalhador foi alvo de processo disciplinar visando o despedimento; na Triple Marfel (vestuário) foi despedido um contratado a prazo, porque a mãe aderira à greve e, outro trabalhador foi também despedido; na Rogério Lopes (calçado), sábado, um dia depois da greve, o patrão impediu de entrarem na empresa 4 trabalhadores que tinham aderido à luta.

Em Amarante, na Alves & Companhia (Madeiras) três trabalhadores foram impedidos de regressar ao trabalho; no mesmo dia os restantes trabalhadores entraram em greve pela readmissão dos companheiros.

Adesão maciça da juventude trabalhadora

A adesão dos trabalhadores mais jovens foi uma constante por todo o País. Privados de alguns dos direitos fundamentais, como seja o de ocupar um posto de trabalho, jovens de ambos os sexos entram na vida adulta num meio social hostil e completamente preparado para os receber. Normal é, por conseguinte, a sua adesão em massa à jornada do dia 12.

As informações que nos chegam das organizações sindicais a nível distrital não deixam lugar a dúvidas sobre o volume e o significado da adesão da juventude trabalhadora.

Embora empregados, mais 200 mil são contratados

prazo. Representam 8 a 10 por cento da população activa.

Comércio e serviços disseram: presente!

«Os trabalhadores do comércio e serviços confirmaram no dia 12 de Fevereiro as suas melhores tradições de luta e unidade ao aderirem de forma muito significativa à maior jornada de luta da história do movimento sindical português». A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, com sede em Lisboa, ao saudar os trabalhadores do sector pela participação na luta, divulga uma extensa lista com as percentagens de adesão à greve geral no sector, em 9 dos principais distritos do País. Essas percentagens, por empresas, incluindo algumas das maiores unidades comerciais e industriais, situam-se em valores que oscilam entre os 8 por cento, na loja Pão de Açúcar (Boavista-Porto) e as dezenas de adesões totais (100 por cento). Num conjunto de 84 lugares de trabalho mencionados na lista da Federação, há 36 assessorias a 100 por cento, e 25 superiores a 70 por cento, várias delas atingindo e ultrapassando os 90 por cento.

«O Governo "AD" quis fazer crer — refere ainda a Federação — que no sector do comércio e serviços os trabalhadores não aderiram à greve. Para isso enviou as câmaras de televisão filmar os estabelecimentos comerciais que, uma vez abertos, confirmariam a não adesão à greve. Maior manipulação não há — sublinha a Federação. Como se alguém pudesse afetar da adesão à greve no comércio pela abertura dos estabelecimentos comerciais! Em Portugal 85,8 por cento dos estabelecimentos e dos serviços têm de um a quatro «ativos» englobando neste número o patrão e familiares. A manipulação do Governo foi, assim, fácil: um estabelecimento aberto, o patrão ao balcão... e não houve greve no comércio e serviços. Que belo passe de ilusionismo!».

«O Sindicato dos Jornalistas intervinha por seu turno junto do director da RDP protestando contra a suspensão do programa «Praça Pública» que, como já foi divulgado, não transmitiu no dia da greve uma entrevista com Kalidás Barreto, membro do secretariado nacional e da comissão executiva da CGTP-IN.

A direcção do Sindicato dos Jornalistas, que vai processar os responsáveis pelas agressões no Rossio, decidiu, por outro lado, solicitar ao Conselho Técnico e de Deontologia (organismo do Sindicato) que abra um inquérito para averiguar sobre as acusações de censura na Rádio «dirigidas ao jornalista José Gabriel Viegas, na qualidade de director de Informação da RDP». Essas acusações foram formuladas «pelas estruturas representativas dos jornalistas na empresa pública de comunicação social».

Reunido entretanto, o Conselho de Ministros do Governo "AD", continuava a agitar o espantinho do «plano insurreccional», dando assim cobertura às alegações ridículas do ministro da Administração Interna a que fizemos breve referência na semana anterior.

O «tecto salarial» da «AD» completamente furado!

GRANDES AUMENTOS CONQUISTADOS NA LUTA

O montante dos aumentos salariais, designadamente da massa salarial global — como se costuma designar o conjunto das cláusulas contratuais que implicam acréscimo dos encargos financeiros — constitui uma das vitórias mais significativas alcançadas por grande número de trabalhadores através da luta, de várias formas de luta, incluindo naturalmente a greve geral de 12 do corrente.

Depois dos aumentos da ordem dos 30 por cento na Carris que, por sua vez se seguiram a aumentos também superiores a qualquer vejeidade de tecto salarial na EDP, nos metalúrgicos e em outros sectores e empresas já aqui mencionadas no «Avante!», chegou como se esperava ao tecto do Metro, da CP e da Transtejo. Eram entretanto concluídos, muito acima do tecto «AD», o ACT cervejeiro (empresas públicas Centralcar e Unicar), o acordo com a Associação de Armazenistas e Importadores do Norte e o CCTV do sector automóvel. Desbloqueada através da luta nos transportes, a contratação colectiva nas suas variadas formas, continuava no entanto a sofrer boicotes e tentativas de impor salários sem qualquer relação com o aumento do custo de vida na imprensa e agências noticiosas, no CCTV da Indústria Química, na Portucel, onde o acordo de empresa não está a ser totalmente cumprido, na Função Pública onde, como é sabido, o governo impôs au-

mentos salariais de 11 por cento que, na realidade nem essa percentagem atinge, na Siderurgia Nacional, EP, e na Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Incapacidade e incompetência do Governo «AD»

O secretariado da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos distribuía entretanto um comunicado reafirmando que «o Governo obrigou os trabalhadores a irem para a luta». No Metropolitano fizeram-se 14 dias de greve, na Carris 3 dias, 3 dias na CP e 3 dias na Transtejo que continua em luta, acrescenta o comunicado que tem a data de 19. «O Governo — sublinha a Federação — afirmava que não havia dinheiro para satisfazer as reivindicações dos trabalhadores, mas não se coibiu de gastar rios de dinheiro nos transportes ditos alternativos. O Governo prejudicou os trabalhadores, a popula-

ção e as empresas, comenta a FSTRU. Mas como poderá o Governo explicar o facto de, antes da greve geral, não haver dinheiro e tal já não constituir problema após a greve geral a não ser pela incapacidade e incompetência?»

A pergunta tem toda a razão de ser e a resposta é fácil.

O Governo não explica nada. Mas todos sabem que foi e continua a ser a força organizada dos trabalhadores dos transportes e de outros sectores em luta que levou o Governo «AD» a recuar em determinado momento, sem que por isso perdesse (ou abdicasse de) qualquer característica própria da sua natureza de classe e da sua política de confronto com os trabalhadores e com as suas organizações representativas.

Foi a luta dos trabalhadores organizados que obrigou o Governo a ceder. O êxito da greve geral acelerou decisivamente alguns processos de negociação, como é o caso flagrante dos transportes. No entanto, convém sempre ter presente que as negociações para a revisão dos acordos começaram meses antes e que pouco depois a intransigência dos gestores da confiança do Governo e os baixos níveis das propostas que apresentavam, ao fim de 15 meses de vigência dos acordos anteriores, levaram os trabalhadores a adoptar formas de luta para fazer valer as suas reivindicações.

O êxito desta negociação — assinala a FSTRU num dos seus comunicados — é fruto da firmeza, unidade e determinação na luta levada a cabo pelos trabalhadores dos transportes e pelos trabalhadores portugueses em geral, particularmente com a realização da greve geral, que desmascarou completamente este Governo».

O acordo assinado no Metro em 19 do corrente, na sequência do conseguido na Carris, e na CP consagra um aumento de 21,77 por cento na tabela salarial e de 39,7 por cento na massa salarial global.

Na Carris segundo a FSTRU, o aumento na tabela foi de 21,11 por cento e de 29,5 por cento na massa salarial em conjunto. Na CP, esses aumentos foram respectivamente de 21,5 e 30 por cento.

Quanto ao acordo no Metro é de salientar que o mesmo produz efeitos a partir de 15 de Fevereiro em curso. «Como retroactividade, acrescenta a FSTRU, os trabalhadores receberam um prémio de acordo, em tempo útil, de 10 mil escudos».

Chegou-se também a acordo quanto ao estabelecimento de «um prémio anual de 2 mil escudos para livros dos filhos dos trabalhadores que frequentam o ensino oficial. O subsídio de refeição, que engloba almoço e jantar e pequeno almoço bem como um prémio de assidui-

dade, foi fixado em 300 escudos. As diuturnidades passaram para 850 escudos. Os trabalhadores que operam por turnos recebem um subsídio que ronda os 1140 escudos e os maquinistas e factores auferem um subsídio proporcional à quilometragem feita por mês».

O Governo e o conselho de gerência do Metro, como sucede na generalidade dos transportes, «nunca conseguiram justificar diante dos trabalhadores e dos utentes do Metro o porquê da obstrução feita às negociações».

A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos «responsabiliza uma vez mais o Governo e o conselho de gerência do Metro pela incapacidade demonstrada ao longo do processo negociado e pelas repetidas tentativas de impor nas negociações quer o tecto salarial, quer as cláusulas do famigerado «pacote laboral», como intermitências, descontos das faltas nos subsídios de férias e de Natal, etc.».

As paralisações que somaram 14 dias, entre 18 de Novembro do ano findo e 19 de Fevereiro em curso, são da exclusiva responsabilidade do Governo e do conselho de gerência, reafirma a Federação que refere «todas as provas de solidariedade para com os trabalhadores em luta no Metropolitano e em todo o sector dos transportes».

PCP

Um comício diferente

A novidade seria um Pavilhão dos Desportos às moscas — e ele abarrotava com de costume; o surpreendente estaria num comício de águas mornas — mas o entusiasmo reboou como sempre para além do velho edifício do Parque; o insólito poderia ainda acontecer pela ausência de alguma(s) das emblemáticas tónicas das realizações comunistas — a combatividade, a disciplina, a alegria. Mas funcionou tudo como de costume, no Comício da DORL do PCP de há oito dias no Pavilhão dos Desportos em Lisboa...

Todavia, a combatividade, a disciplina e a alegria podem manifestar-se a níveis diferentes — e neste caso reconhecia-se-lhes como que uma nova frescura; as multidões que enchem os recintos não apresentam sempre a mesma densidade emocional — e neste caso atingiram-se níveis surpreendentes, em proporção directa com as torrentes de aplausos, a efervescência das saudações, o explodir do riso, o vigor das assuadas que pontuaram certas passagens das intervenções.

Daí que seja necessário dizer que o comício da DORL do PCP da passada semana no Pavilhão dos Desportos foi diferente. Porque, no fim de contas, diferente também era a situação.

Era um comício que vinha em certa medida comentar a greve geral do dia 12; a camarada Rosa Rabiais, membro da DORL e do CC do PCP, enunciaria fundamentalmente os excelentes resultados verificados no distrito de Lisboa; depois falaria o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal. A exaltante resposta das massas que enchiam o Pavilhão, às intervenções dos oradores, completou o balanço dessa jornada sem precedentes do movimento operário e popular português que foi a greve do dia 12.

Daí que seja necessário falar de um comício diferente.



Álvaro Cunhal no Pavilhão dos Desportos «A greve geral confirmou a redução da base de apoio social, político e eleitoral da «AD» e o alargamento da base de apoio da Democracia»

Camaradas:

Muitas vezes temos começado as nossas intervenções em comícios, falando de aspectos globais da situação política.

Mas neste comício, realizado a 18 de Fevereiro de 1982, temos de começar falando do facto capital da vida política portuguesa no momento presente: essa extraordinária jornada de luta que foi a greve geral do dia 12.

Daqui saudamos uma vez mais, em nome do Comité Central do Partido, todos os trabalhadores que, nesse dia memorável, escreveram uma das mais belas páginas de sempre da luta do nosso povo.

A greve geral de 24 horas, do dia 12 (concluiu o Comité Central do nosso Partido na sua reunião plenária ontem realizada) constituiu a mais vasta, a mais participada e a mais poderosa greve da história do movimento operário português.

A derrota do Governo «AD» e o «plano insurrecional» do MAI

O Governo «AD» com os seus propagandistas, com os seus lacaios da UGT, com o colaboracionismo do PS/Mário Soares, afirmaram, ainda antes da greve geral, que a greve geral seria uma derrota dos trabalhadores, da CGTP-IN, do PCP. Durante a greve mentiram, inventaram, caluniaram, falsificaram. Depois da greve, continuaram o mesmo disco.

O facto, o facto indiscutível, o facto real e que marca o momento político actual, é que a greve geral do dia 12 de Fevereiro foi uma clamorosa derrota da «AD» e do seu Governo e uma magnífica vitória dos trabalhadores e da democracia portuguesa.

Foi uma clamorosa derrota da «AD» e do seu Governo, antes de mais, porque o Governo «AD» pôs todos os seus recursos em acção para impedir ou fazer fracassar a greve geral. E a greve geral realizou-se com êxito extraordinário.

O Governo «AD» lançou uma verdadeira vaga de intimidações e ameaças.

Contestou a legalidade da greve, afirmando que não eram legais greves gerais e que não eram legais greves políticas.

Viou a lei da greve, criando dificuldades ou impedimentos à actuação dos piquetes, impondo inquéritos aos trabalhadores da função pública e das empresas públicas, facilitando e protegendo as medidas repressivas do patronato como substituições de trabalhadores, despedimentos e descontos.

Lançou uma campanha de provocações, proclamando que a greve não era mais do que uma «insurreição» em marcha, difundindo falsas notícias alarmistas, inventando e atribuindo ao movimento operário, às suas organizações e à classe em geral, atentados, tiroteios, assaltos, sabotagens.

Mobilizou fortes contingentes da GNR e Polícia de Intervenção, utilizou-os para intimidar e obrigar a trabalhar como na Lousã, lançou-os em cargas violentas como no Rossio de Lisboa e na Baixa do Porto.

O provocador-chefe nestas operações foi o ministro do Interior do Governo «AD», o sr. Ângelo Correia.

Mas este senhor, tanto exagerou, tanto mentiu, tanto inventou, tanto falsificou, tantas provas quis encontrar da «insurreição», tanto calunioou, tanto desrespeitou o mais elementar decoro, que acabou por pôr a nu a colossal e infame provocação do Governo «AD» sobre a greve geral.

O ministro Ângelo Correia, na lista dos actos insurreccionais citou uma tentativa de sabotagem numa fábrica de Alcains, que (disse o ministro) foi detectada a tempo pois que senão «teria provocado a morte de muitos animais».

E afinal trata-se apenas de um engano — parece que sem gravidade — na laboração: o sal das rações não foi deixado na altura mas mais tarde...

O ministro Ângelo Correia, na lista dos actos «insurreccionais», citou a morte de um cabo da GNR e o ferimento de outro em Ermidas do Sado por disparos de um veículo, e o jornal «Dia» (ao serviço directo das provocações do MAI) anunciou logo que, no «plano subversivo», foi «assassinado um cabo da GNR».

E afinal (como comprovou a própria GNR) a morte foi provocada por atropelamento num acidente que parece ter tido por causa o neveiro.

O ministro Ângelo Correia, na lista dos actos «insurreccionais», citou a agressão a tiro de um comissário da PSP.

E afinal parece que o autor dos disparos era um fura-greves.

O ministro Ângelo Correia, na lista dos actos «insurreccionais», citou a ocupação de casas em V.R. de St. António.

Mas afinal, tanto o presidente da Câmara como a PSP afirmariam que não houve quaisquer ocupações e que tudo quanto houve foi a declaração de um vereador do PSD, que, uns dias antes da greve, se manifestara preocupado porque ouvira falar em ocupações de casas.

O ministro Ângelo Correia, na lista dos actos «insurreccionais», citou um incêndio criminoso na escola secundária de Setúbal, que também em comunicado do CDS insinuou ser obra dos «comunistas».

E afinal o incêndio deflagrou, quando a escola em greve se mantinha aberta por ordem do Governo «AD» com 2 professores e a cobertura da PSP e quando tinha sido invadida por meninos do CDS, dos quais três filhos-família do mesmo CDS acabaram por ser presos.

Finalmente, como peça grossa da provocação, o caso do carro com armas.

O ministro Ângelo Correia, usurpando a Televisão e a Rádio, confirmou no dia 13 a existência de um «plano insurrecional», em conexão com a greve geral decretada pela CGTP-IN e apoiada pelo PCP.

Segundo esse senhor, o plano fracassou graças à intervenção das forças de segurança que teriam apanhado um carro dentro do qual encontraram armas de guerra e uma fita magnética com uma proclamação insurreccional.

A propaganda da «AD» deu curso à provocação. Manchete do «Dia»: «Confirmado plano insurreccional da Inter/PC: Acção terrorista desmontada pela PSP».

Os outros jornais deram também grande relevo ao «plano insurreccional» e dir-se-ia que alguns entraram em delírio.

É o caso de um jornal que refere que centenas de russos entraram em Portugal para ajudar à desestabilização da Península Ibérica anunciada por Mário Soares! E outro que fala na «tinha sangrenta da CGTP/PC» e em concentrações de gente armada do PCP com «Walters», «Tokares» e granadas cilíndricas a aparecerem por debaixo das gabardines!

Isto de facto faz rir. Mas merece também atenção a sério. Este caso do carro com armas exige completo esclarecimento.

Que foi apreendido um carro parece um facto. Que havia armas nesse carro parece outro facto. Que foram presos indivíduos conhecidos como sendo das FP-25 também parece ser outro facto.

Mas não está esclarecido qual era a missão desse carro.

Não está esclarecido se ele devia ou não integrar-se numa caravana da CGTP-IN para depois, no stop, ser apanhado na caravana e dar assim pretexto para acusar a CGTP-IN de estar envolvida no tal «plano insurreccional».

Não está esclarecido porque começaram os stops no Rossio a carros da caravana da CGTP-IN à procura de armas, antes (segundo as informações disponíveis) do tal carro ser apanhado no Parque Eduardo VII.

Não está esclarecido como conseguiu o «Dia» publicar as fotografias das armas uma vez que, 1.º) a PSP afirma que não lhe fornecera nem autorizara a fotografá-las; 2.º) o carro foi apreendido cerca das 23 horas e o «Dia», em hora e meia, teria tido de saber onde estavam as armas, deslocar fotógrafo, ter quem lhe desse a permissão para fotografar, revelar as peli-

culas, fazer as chapas, mudar a paginação, etc. etc., de forma a que o jornal pudesse começar a ser impresso cerca da meia noite e trinta.

O caso precisa ser esclarecido mas cheia a montagem de provocação, como provocação foi o incêndio na escola de Setúbal.

O MAI Ângelo Correia bolsou ainda muitas outras «provas» do «plano insurreccional»: — ocupações de estradas e pontes, semáforos avariados, telefonemas com alerta à bomba, pregos nas estradas, fósforos nas fechaduras, etc., etc., etc.

Para tão prodigioso «plano insurreccional» e para tão geniais acções insurreccionais, revela-se à evidência que até hoje em Portugal só um homem mostrou ter talento bastante: o ministro da Administração Interna do Governo «AD» Ângelo Correia.

Hoje na Assembleia da República o grupo parlamentar interpelou o ministro, mas ele não apareceu. Diz-se que se escondeu num gabinete.

Há quem peça a demissão imediata do ministro da Administração Interna. É evidente que seria um acto de salubridade pública ou, em palavras mais simples, de remoção de lixo.

Mas nós não reclamamos a demissão do ministro. O que nós reclamamos e conhecemos os trabalhadores e o nosso povo é a demissão do Governo «AD» porque o ministro Ângelo Correia é a verdadeira face do Governo «AD», é a reacção mais estúpida e mais brutal, é o ódio cego aos trabalhadores, à liberdade, à democracia, aos direitos humanos, à dignidade, é a violência mais cruel e cega pronta a desenhearse — é o fascismo que já se não esconde na actuação da «AD» e do seu Governo.

Por isso a actuação do Governo em relação à greve e estas monstruosas provocações dão ainda mais razão à reclamação do Povo português, de todos os verdadeiros democratas, de todos os homens e mulheres de bem, — fora com a «AD»! Demissão imediata do Governo «AD».

A greve geral do dia 12 de Fevereiro vitória dos trabalhadores e da democracia

Foi com essa reclamação que milhão e meio de trabalhadores fizeram a greve geral de 12 de Fevereiro.

Do que foi a greve geral na região de Lisboa, já hoje aqui falou a camarada Rosa Rabiais, dando um quadro bastante completo dessa grande jornada.

Permiti que acrescente alguns dados referentes a todo o País.

Na sua reunião de ontem o Comité Central salientou justamente que a decisão e preparação da greve — plenário da CGTP-IN de 15/1/82, com mais de 500 dirigentes de 231 organizações sindicais; 4100 plenários (em 2978 dos quais participaram 278 700 trabalhadores); aprovação final da greve por 263 associações sindicais, entre as quais 77 sindicatos não filiados na CGTP-IN — constituíram um grande movimento de massas e uma demonstração da grandiosidade do movimento sindical unitário e da sua vida e funcionamento democráticos.

A participação na greve foi esmagadora.

Fazendo um balanço, o Comité Central, na sua reunião de ontem salientou dados fundamentais:

Participação total de 1 milhão e meio de trabalhadores. Elevadíssima participação nos sectores produtivos e nos transportes. Participação de mais de 70% dos trabalhadores em 80% das 4550 empresas de que se possuem já dados certificados, e 100% em mais de 44% dessas empresas. Adesão em massa dos pescadores (Peniche, distrito de Setúbal, Algarve). Paralisação praticamente completa em numerosas localidades

(Alentejo e distrito de Setúbal). Participação social muito diversificada. Jornadas convergentes do campesinato. Grande diversidade da população.

Compreende-se que, perante a grandiosidade e a força da greve geral, o Governo «AD» tivesse dificuldade em dizer a verdade.

Se o Governo sentiu necessidade de ocultar a verdade acerca da greve, de mentir, de falsificar, de caluniar, de inventar, de lançar e organizar as mais torpes provocações, isso não é sinal de força, mas de pânico, de medo, de fraqueza e também de cobardia política e de cobardia moral, perante uma tão poderosa e convincente demonstração de que o Povo português está contra o Governo e exige a sua demissão.

A greve geral do dia 12 de Fevereiro teve elevado significado político.

Foi uma poderosa afirmação da indignação das massas contra a «AD», uma prova de que a «AD» está cada vez mais isolada.

Foi uma poderosa afirmação do espírito de classe, da unidade, da combatividade, da determinação de luta dos trabalhadores.

Foi uma indelével consagração da CGTP-IN como a única verdadeira central sindical dos trabalhadores portugueses.

Foi uma afirmação do crescente prestígio e influência do PCP.

Nas vésperas da greve o Governo veio proclamar que participação se veria se o povo estava com o Governo «AD» ou se estava com o PCP.

O Governo teve a resposta. A greve geral mostrou que o povo está contra.

A elevadíssima participação na greve geral, a adesão massiva dos trabalhadores e de outros amplos sectores sociais a uma greve geral convocada como a reclamação da demissão do Governo «AD» significou uma clamorosa derrota política do Governo «AD» e uma magnífica vitória dos trabalhadores, do Povo português, da democracia.

O PS/Mário Soares veio dizer que a greve geral do dia 12 foi um balão de oxigénio ao Governo «AD».

Mas balão de oxigénio ao Governo «AD» deu Mário Soares (nesta altura como noutras) indo à Televisão fazer propaganda contra a greve e contra os trabalhadores lado a lado com os fascistas e reacccionários do Governo «AD».

É certo e mesmo certíssimo que, será com este (a greve geral) e com outros «balões de oxigénio» semelhantes que o Governo «AD» acabará por ir abaixo.

A propaganda reacccionária falou também muito de uma «derrota do PCP». Mas estaremos certamente de acordo, camaradas, em que «derrotas» destas queremos nós muitas e é com muitas «derrotas» como esta que acabaremos por alcançar a vitória.

A greve geral constituiu uma valiosa contribuição na luta pela demissão do Governo «AD».

Desmentindo a histórica campanha da propaganda «AD» da greve geral a «AD» saiu enfraquecida e a democracia reforçada.

A «AD» enfraquecida — porque mais desmascarada e mais isolada.

A democracia fortalecida — porque comprovada a vastidão da unidade e a determinação da sua base de apoio, das forças sociais e políticas que lutam e lutarão por ela.

Segundo a análise do CC do nosso Partido a greve geral confirmou a redução da base de apoio social, político e eleitoral da «AD» e o alargamento da base de apoio da Democracia.

Confirmou que uma grande parte do PS (de militantes do PS, de eleitores do PS) não acompanhou uma vez mais a aliança e colaboracionismo do PS com a «AD».



Confirmou que, na luta contra o Governo «AD», se um membro das mais variadas tendências, que, na luta contra o Governo «AD», milhares de socialistas (que aqui saudamos) lutam lado a lado dos comunistas.

Confirmou que, para além da arrumação e das alianças dos partidos e passando por cima das linhas divisórias dos partidos, existe um vastíssimo e maioritário campo social e político (que teve a sua primeira grande expressão nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro de 1980) que pode constituir a base de apoio para uma alternativa democrática.

Há quem desanime desta possibilidade em virtude da aliança de M. Soares com a «AD».

Mas, como concluiu o CC, o PS tem hoje uma dupla e contraditória actuação na vida política nacional.

Por um lado, com o seu secretário-geral e outros dirigentes e membros do partido que o seguem, alia-se à «AD» contra os trabalhadores, contra a democracia. Por outro lado com milhares de outros membros do Partido, incluindo também dirigentes, compreende que o inimigo a combater é a «AD» e converge na acção com outros democratas, com o nosso Partido.

A greve geral do dia 12 demonstrou não só que a unidade na acção é necessária, mas também que é possível. Pela nossa parte continuaremos a luta pela unidade dos trabalhadores, pela unidade dos democratas, designadamente de comunistas e socialistas.

Tem havido por vezes quem duvide da correcção da nossa política de unidade com os socialistas. E há quem diga: Como pode defender-se a unidade com os socialistas quando está provado e mais que provado que Mário Soares é um aliado da direita?

Eu creio, camaradas, que se outros factores não houvesse, a participação de milhares de socialistas na greve geral, lado a lado com comunistas, mostrou como é justa a nossa política de unidade.

A luta continua com confiança e determinação reforçadas

Após a greve geral muitos perguntam: E agora?

Agora: — a luta continua.

E continua em melhores condições do que antes da greve geral de 12 de Fevereiro.

Continua em melhores condições, porque os trabalhadores e o povo em geral tomaram mais nitida consciência, na sua própria luta, da sua grande força, da sua capacidade de acção política.

Porque a greve geral pôs à evidência a exaltante unidade da classe operária e dos trabalhadores em geral e os progressos na aliança social e política da classe operária com o campesinato e com largos estratos das classes e camadas médias.

Porque a greve geral mostrou que os trabalhadores e vastíssimos sectores da população já se não deixam intimidar e enganar pelas ameaças da reacção, nem pelo colaboracionismo de Mário Soares com a «AD», nem pelo divisionismo dos fantoches da UGT, nem pelo anticomunismo mais violento e brutal, e decidem pela sua própria cabeça se devem ou não lutar, e quando devem lutar, e como devem lutar, e com quem devem lutar.

A luta continua em melhores condições porque a greve geral pôs à evidência que os trabalhadores e amplos sectores das classes médias têm já clara consciência da política que serve e da política que não serve, e têm sobretudo consciência de que o Governo «AD» não serve e deve ir para a rua o mais depressa possível.

Porque se mostrou que os trabalhadores dispõem de poderosas organizações de classe em que se destaca a CGTP-IN, cuja autoridade sem rival a greve geral confirmou e consagrou.

Porque a greve geral mostrou que o velho «espantoso comunista» (mesmo que agora agitado numa monstruosa campanha pela «AD» com colaboração do PS/Mário Soares e com a utilização em pleno, em quase todo o tempo de emissão, da Televisão e da Rádio) engana cada vez menos gente, de tal forma que se pode afirmar que, quanto mais violentamente atacam o PCP e querem assustar as massas com o espantoso, mais as massas se aproximam do PCP.

Ou seja (por outras palavras):
Porque da greve geral resultou que, em todas as condições e arrostando todos os obstáculos, na luta em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, do povo, da democracia, do País, o único grande partido que está com os trabalhadores, com o povo, com a democracia, com Portugal, é o nosso grande e glorioso Partido — o Partido Comunista Português.

Por tudo isso, a luta continua, e conforme concluiu o Comité Central na sua reunião plenária ontem realizada, a greve geral de 12 de Fevereiro criou condições mais favoráveis para a continuação, ampliação e intensificação da luta operária popular e democrática.

Quais as direcções da luta nos tempos próximos?

O CC definiu 4 direcções fundamentais:

- 1.ª — a luta de massas;
- 2.ª — a batalha das instituições;
- 3.ª — a batalha da verdade;
- 4.ª — a batalha da unidade.

A luta de massas (com a organização, e com a unidade) é a arma fundamental dos trabalhadores e de todo o Povo português.

Por isso, as lutas de massas vão continuar.

Vão continuar por melhores salários rompendo por toda a parte os tectos salariais.

Vão continuar contra o aumento do custo de vida, porque não é de aceitar que se reduzam a um nível cada vez mais baixo, que por vezes toca a miséria, as condições de vida de quem trabalha e se elevem a um nível cada vez mais alto, que toca as raízes do escândalo, o luxo e a ostentação das classes parasitárias.

As lutas de massas vão continuar contra o encarecimento dos serviços de saúde e dos medicamentos, porque não é de aceitar que o direito à saúde e à vida seja só para os ricos e seja reservado para os trabalhadores, os velhos e as camadas desfavorecidas o direito à doença e à morte.

As lutas de massas vão continuar contra os três pacotes: o pacote laboral, o pacote local e o pacote eleitoral-burla.

Vão continuar em defesa dos interesses de todas as classes e camadas sociais atingidas pela política do Governo «AD».

Vão continuar em defesa das grandes conquistas da revolução (as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão). E não pensem os reaccionários, não pensem a «AD», não pensem os grandes capitalistas e latifundiários, que os trabalhadores e o Povo português aceitarão a destruição dessas conquistas.

Não, a luta continua em defesa das nacionalizações (cujo carácter irreversível está consagrado na Constituição) e contra a restauração dos monopólios e empregaremos todas as nossas energias para que os atentados inconstitucionais, ilegais e criminosos contra as nacionalizações sejam reparados, para que sejam anuladas as concessões, doações ou vendas ilegítimas de bens nacionalizados e voltem ao sector público empresas, sectores de empresas e participações do capital ilegalmente entregues pelo Governo «AD» ao capital privado.

A luta continua em defesa da Reforma Agrária e contra a restauração dos latifúndios. A Reforma Agrária, histórica conquista do Povo português, está consagrada na Constituição como parte integrante do regime democrático. Empregaremos todas as nossas energias para que os atentados inconstitucionais, ilegais e criminosos contra a Reforma Agrária, sejam reparados, para que as terras roubadas sejam recuperadas, para que as máquinas e outros bens roubados aos trabalhadores voltem para os UCPS/Cooperativas, para que a Reforma Agrária retome o seu curso, até que os latifúndios sejam completamente liquidados e a terra seja entregue a quem trabalha.

As lutas de massas vão continuar pelo rigoroso respeito das liberdades e direitos dos cidadãos.

Vão continuar pelo imediato restabelecimento da legalidade democrática nos órgãos de indigência social, designadamente na RTP e na RDP cuja indigna actuação nada fica a dever à Televisão e Rádio do tempo da ditadura fascista.

As lutas vão continuar contra a revisão inconstitucional da Constituição.

E vão também continuar pelos 4 grandes objectivos políticos na situação política actual:

- a demissão do Governo «AD»;
- a dissolução da Assembleia da República;
- a formação de um governo de gestão;
- a realização de eleições gerais antecipadas para a Assembleia da República em que — temos a plena certeza — a «AD» seria derrotada e se criariam condições para uma alternativa democrática.

No quadro do desenvolvimento da luta de massas, o Comité Central, na sua reunião de ontem, deu particular atenção a grandes iniciativas unitárias em preparação e confirmou que o Partido apoia firmemente tais iniciativas — Convenção Nacional Democrática (20/21 de Março) que pode transformar-se numa grandiosa afirmação da vontade popular, a Marcha Contra o Desemprego (28 de Março/3 de Abril), a Conferência da Reforma Agrária, o Aniversário da Constituição, as comemorações do 25 de Abril, o 1.º de Maio.

São grandes iniciativas e jornadas que constituirão sem dúvida sérias contribuições para o desenvolvimento da luta popular, para a defesa dos interesses do povo e do país, para salvar e continuar Portugal de Abril.

Greves e manifestações grandiosa expressão da luta popular

Muito se tem falado nas formas de luta de massas.

Elas são de facto variadas.

Mas duas têm sobressaído na luta contra o Governo «AD» pela sua grandiosa expressão: as greves e as manifestações.

O Comité Central, na sua reunião de ontem, indicou como «tarefa de primeiro plano» de todas as organizações e militantes organizar, dinamizar e apoiar activamente as lutas de massas, designadamente novas greves e manifestações.

Não sabemos o que a este respeito consideram ou vão considerar as organizações sindicais. A elas cabe decidir.

Mas uma coisa é certa.

No que respeita às manifestações, se se entender que as manifestações correspondem à vontade e a um profundo sentimento e espírito combativo das massas, haverá certamente manifestações e, de certeza, se as houver, o nosso Partido, as nossas organizações, os nossos militantes, empenharão as suas energias para as apoiar.

Quando às greves — direito consagrado na Constituição — elas constituem, como a experiência mostra, uma arma poderosa dos trabalhadores.

É inevitável que as greves vão continuar, queiram ou não queiram as forças reaccionárias e o seu Governo; queira ou não queira o perigoso palhaço que ocupa o cadeirão do Ministério da Administração Interna; queira ou não queira a CIP (a Confederação do grande patronato) que reclama a urgente revisão da lei da greve; queira ou não queira o PS/M. Soares que, pela boca do dr. Almeida Santos, propõe, neste preciso momento, na comissão da Assembleia da República de Revisão da Constituição, alterações à Constituição que, a serem aprovadas, desde logo significariam graves limitações do direito à greve.

As greves vão continuar (é inevitável que continuem) e farão recuar o Governo e o patronato, que aliás está já a recuar em numerosos casos para evitar as greves, com medo às greves.

Por medo à greve recuaram o Governo e o patronato na Carris, nos Ferrovários, na hotelaria do Norte e Centro e em muitos outros casos, mostrando que a greve é um tão poderoso meio de luta que existem greves que são vitoriosas mesmo antes de serem declaradas ou realizadas.

As greves vão continuar e, pelas notícias que temos, para já temos as da Transtejo, do Metro, dos maquinistas da CP, dos pilotos da barra, dos trabalhadores não docentes das Universidades, dos trabalhadores da Alfândega do Porto (greve de zelo) e outras.

E quanto à experiência da greve geral? Terão lugar novas greves gerais?

Hoje, na Conferência de Imprensa do nosso Partido um jornalista perguntou: «Val haver outras greves gerais?»

Não nos consta que o movimento sindical esteja a considerar, pelo menos no imediato, uma nova greve geral.

Uma greve geral (que seja verdadeiramente geral como foi a de 12 de Fevereiro) não é jornada que se possa repetir todos os dias.

Mas o que se pode dizer é que:

1.º **Provou-se** que os trabalhadores portugueses atingiram um grau de consciência de classe, de consciência política, de organização, de unidade e de combatividade que tornam possível que realizem uma grandiosa greve política como foi a de 12 de Fevereiro.

2.º **Provou-se** que uma greve geral, e greve geral política contra o Governo, insere-se nos direitos e liberdades dos cidadãos, é não só legítima, mas inteiramente legal.

3.º **Provou-se** que a convocação de uma greve geral com objectivos políticos teve mais capacidade mobilizadora que greves parciais com objectivos económicos imediatos.

Por tudo isso, no desenvolvimento da luta popular nos tempos próximos, não se pode excluir a realização de novas greves gerais.

Falando numa linguagem mais simples: os trabalhadores tomaram o gosto à greve geral e não lhes faltará vontade de repetir, se necessário.

Batalhas da verdade, da unidade, das instituições

A par da luta de massas com os objectivos económicos, sociais e políticos atrás indicados, o Comité Central decidiu, como referi há pouco, lançar a batalha da verdade e a batalha da unidade.

A batalha da verdade — levando a toda a parte, à população portuguesa intoxicada pela colossal campanha de mentiras, calúnias, mistificações e provocações, a verdade acerca

da greve geral de 12 de Fevereiro, a verdade acerca da política da «AD», a verdade acerca da situação real do País, a verdade acerca dos perigos que ameaçam a democracia, a verdade acerca da política, dos objectivos e da acção do nosso Partido e acerca das medidas necessárias para derrotar a reacção e salvar o regime democrático.

Para isso o Comité Central decidiu, além de outras medidas, a realização de uma campanha de esclarecimento à escala nacional, organizando uma grande série de comícios e sessões de esclarecimento. Este comício hoje aqui realizado pode de certa forma considerar-se já inscrito nessa campanha.

A batalha da unidade — empenhando-se todo o nosso Partido, todas as nossas organizações, todos os nossos militantes, no reforço da exaltante unidade verificada na greve de 12 de Fevereiro, actuando em todas as frentes de luta, em todas as acções, em todas as iniciativas, de forma a alcançar a unidade, reforçando os contactos, as ligações, a cooperação com todos os democratas que compreendem a necessidade da acção comum com os comunistas, procurando tornar estável, habitual e normal a luta comum com os milhares de socialistas que participaram na greve geral, e procedendo sempre com abertura, com os olhos abertos e os ouvidos atentos à informação, à opinião, à proposta, à crítica e mesmo à discordância.

O PCP é o único partido que, neste momento, está em condições de ser a força motora da unidade dos trabalhadores e da unidade dos democratas. Tudo faremos para estar à altura desta responsabilidade.

No quadro do desenvolvimento da luta, o CC considerou uma outra batalha: a batalha das instituições.

Não desprezamos, antes damos alta importância a este aspecto da actividade do nosso Partido.

Continuaremos a manter na medida do possível contactos regulares com a Presidência da República e o Conselho da Revolução que (consideramos) será tanto mais útil ao País quanto com mais confiança exercer as suas competências enquanto vigorar a Constituição antes da revisão.

Continuaremos na Assembleia da República a luta contra o Governo «AD» e a sua maioria na Assembleia, contra a revisão inconstitucional da Constituição, sendo de admitir uma interpelação ao Governo acerca da sua actuação e as suas afirmações caluniosas e provocatórias relativas à greve geral do dia 12.

Continuaremos e reforçaremos o nosso trabalho nas autarquias, não só com realizações, mas preparando desde já as eleições que devem realizar-se no fim do ano.

Com o PCP e os trabalhadores alternativa democrática

A greve geral de 12 de Fevereiro mostrou que o PCP se encontra inteiramente identificado com a classe operária, com os trabalhadores, com o Povo português.

E, inversamente, que a classe operária, os trabalhadores, o Povo português, se encontram cada vez mais identificados com o PCP, com as suas opiniões, as suas propostas, os seus objectivos, a sua orientação.

Se há momento político em que se tenha evidenciado aos olhos de todo o País a ligação indissolúvel entre o PCP e a classe operária e as massas populares, esse momento foi o da greve geral de 12 de Fevereiro.

A reacção tem proclamado já há anos que irá marginalizar o PCP.

Mas o que se tem visto?

Cada passo da reacção para marginalizar o PCP tem sido um novo passo para que o PCP se una mais e mais aos trabalhadores e às massas populares e para que os trabalhadores e as massas populares se unam mais e mais ao Partido.

Quanto mais querem isolar o PCP, mais eles se isolam do povo.

Quanto mais querem colocar o PCP fora da vida política nacional mais se revela que a solução dos problemas nacionais e uma alternativa democrática só são possíveis com o PCP e quando se diz com o PCP, diz-se com os trabalhadores, com o Povo português.

O PCP está ao serviço do povo e do País. Está ao serviço da luta. Está ao serviço da unidade dos trabalhadores, dos democratas, dos patriotas.

O PCP está sempre pronto a lutar lado a lado com todos os que queiram defender, salvar e continuar Portugal de Abril.

A luta continua. A «AD» será derrotada. Portugal de Abril vencerá.

Viva a greve geral de 12 de Fevereiro! Viva a unidade dos trabalhadores e dos democratas!

Viva Portugal de Abril!

Viva o Partido Comunista Português!

PCP

Assembleias de Organização

Álvaro Cunhal em Coruche e Santarém Domingos Abrantes no Montijo

O papel do Partido na luta dos trabalhadores e de todo o povo português, como única grande força política em condições de opor resistência firme e eficaz à AD, de encabeçar a luta em defesa dos interesses do povo, das conquistas de Abril e do regime de-

tarefa decisiva para o presente e para o futuro.

O reforço do PCP não é apenas do interesse dos comunistas, mas de todo o povo, da democracia, de Portugal.

Nesta breve passagem do documento - resolução aprovada na reunião do Comitê

PCP. No Montijo estará presente o camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

A Assembleia dos comunistas de Coruche decorrerá sábado, no pavilhão da Câmara Municipal, em S. Antão. O comício com o camarada Álvaro Cunhal tem início previsto para as 17 horas.

A Assembleia de Santarém efectua-se no domingo, na Casa do Campino. No decurso dos trabalhos, o secretário-geral do PCP fará uma intervenção.

Finalmente, no Montijo,

também no domingo, os comunistas têm a sua Assembleia de Organização, cujos trabalhos se realizarão nas instalações da «Montiagri», a partir das 9 horas. No comício, aberto a toda a população, falará o camarada Domingos Abrantes, cerca das 18 e 30.

Recorde-se ainda que neste fim-de-semana reúnem em Assembleia os trabalhadores comunistas do Arsenal do Alentejo (sábado, às 10 horas, na Romeira) e da Lisnave (domingo, no CT de Almada, às 9 horas), e também os militantes de Ermidas Sado.



Distrito de Lisboa Plenário sobre fundos no Vitória

No Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, decorrerá no próximo sábado, a partir das 15 horas, um plenário distrital de fundos da Organização Regional de Lisboa (ORL).

A ordem de trabalhos salienta dois pontos essenciais: **balanço de 1981 e perspectivas para 82**; e, por outro lado, **funcionamento dos colectivos de fundos**.

No primeiro ponto serão particularmente analisados temas como: as receitas e despesas gerais e os saldos do ano (comparando com 1980); e ainda o relacionamento de rubricas como a quotização, contribuições, bancas e iniciativas com (respectivamente) salários, transportes, despesas com os Centros de Trabalho, propaganda, etc. Será ainda passada em revista a campanha do 60.º aniversário:

selos, abordagens, campanha de Verão, Festa do «Avante!», campanha de Natal, iniciativas próprias dos sectores, eleições, balancete anual. Relativamente a todas estas rubricas deve ser dada a perspectiva de que se realizou e a dos planos para este ano de 1982.

Para o segundo ponto da ordem de trabalhos (funcionamento dos colectivos de fundos), os camaradas irão focar essencialmente as comissões de fundo, controlo financeiro e de coordenação, a regularidade de reuniões e de discussão da frente de fundos, a ligação aos organismos de referência e os plenários já realizados.

No encontro do próximo sábado participará o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, que fará uma intervenção.

Está prevista para as 11 e 30 a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, na Assembleia da Organização Concelhia dos comunistas de Santarém, no próximo domingo, dia 28, na Casa do Campino.

mocrático, de ser o elemento motor da acção comum de todos os democratas e patriotas — foi confirmado na greve geral de 12 de Fevereiro.

Esta situação aumenta ainda mais as responsabilidades do PCP ante o povo e ante o país e coloca o reforço do Partido como

Central do PCP do passado dia 17 de Fevereiro estão bem patentes os objectivos que vão presidir às importantes Assembleias de Organização do próximo fim-de-semana: as concelhias de Coruche, Santarém e Montijo. Nas duas primeiras participará o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do

Barreiro: diploma-recordação soma e segue

Prossegue com entusiasmo a venda do "diploma-recordação" da campanha para o novo Centro de Trabalho do PCP do Barreiro, cujo sorteio final se realizará em 30 de Abril, dia em que haverá uma grande jornada de convívio popular organizada pelos militantes comunistas do grande centro operário.

Um automóvel, um aparelho de TV a cores, uma viagem a

Moscovo, uma máquina de lavar loiça, um barco a remos e um relógio de mesa são os aliciantes prémios do "diploma-recordação".

No âmbito da campanha, realizou-se no passado dia 19 um espectáculo com Carlos do Carmo e a orquestra de Pedro Osório, na Casa da Cultura da Quimigal.

Sabes tu, pioneiro, o que foi o fascismo?

Mesmo que saibas (e nunca se sabe tudo, é sempre bom recordá-lo — para que não esqueça e porque todos nós temos que fazer alguma coisa para que não volte nunca mais), vai e leva os teus amigos até Corroios, à Rua Soldado Luís, n.º 1 (é o antigo Fabrico), no próximo domingo às 3 da

tarde. O núcleo de Corroios dos Pioneiros de Portugal convidou para conversar connosco sobre o fascismo e sobre o que foi o campo de concentração do Tarrafal dois amigos que ali estiveram encarcerados durante vários anos: Leonídio Felizardo e Miguel Russel.

Ermidas Sado

No próximo sábado, dia 27, realiza-se a I Assembleia da Organização de Freguesia de Ermidas-Sado, distrito de Setúbal.

Participará nos trabalhos, além de delegados e convidados o camarada Américo Leal, membro do Comité Central.

Porto O «Avante!» especial sobre a greve do dia 12 e a campanha de difusão

Segunda-feira, 15 de Fevereiro. Logo de manhã, vários locais da baixa portuense tinham uma animação especial.

Na Praça da Liberdade, militantes comunistas, constituídos em brigadas, com a ajuda de sonoristas apregoavam o «Avante!» especial — **A verdade sobre a greve geral.**

Dizia-nos um dos camaradas que participou na venda especial: «eu não contava que fosse possível vender tantos «Avantes». Pensei que vender mais de 500 do que o

normal já ia ser difícil, mas só ali, na praça, durante o dia vendemos cerca de mil. As pessoas vinham ter connosco e faziam perguntas do tipo: «que jornal é esse?».

Perguntas que claramente mostram que não eram leitores habituais do «Avante!». Sentia-se que as pessoas queriam mesmo a verdade sobre a greve geral!

Um outro camarada, do Comité dos Metalúrgicos, dizia-nos também: «Foi de facto extraordinário! vendemos nas empresas mais de 500 «Avantes» do que é habitual. Em empresas onde nor-

malmente o Avante não é distribuído, por exemplo, o caso da «Mário Navega», e desta vez, vendemos lá 40 «Avantes».

Tendo em conta que decorre na Organização Regional do Porto uma campanha de difusão do «Avante!» e de «O Militante» aproveitámos para registar opiniões acerca da influência desta venda, e, sobre o andamento da campanha. E sem dúvida que transpareceu a convicção de que ela contribui para dar um grande impulso, confiança e uma percepção das possi-

bilidades de alargamento da difusão da imprensa do Partido. Como diria um dos camaradas que ouvimos, «os mais pessimistas deixarão de poder usar argumentos do tipo: 'na minha empresa não há mais trabalhadores que queiram comprar o «Avante!»'. Além disso, demonstrou que é possível vender o «Avante!» «nas empresas onde ainda não se vende e que é possível aumentar o número da sua venda nas empresas onde já é distribuído».

Uma experiência positiva a reter e a repetir!

Festa-comício no Estoril

• Iniciativa da Concelhia de Cascais

"A actual situação política e as tarefas do PCP após a greve geral" é o tema central da intervenção de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, no próximo dia 28, às 15 horas, no Pavilhão dos Congressos do Estoril.

Esta intervenção integra-se na festa-comício promovida pela Comissão Concelhia de Cascais do PCP, durante a qual serão entregues aos militantes daquela organização os novos cartões.

A encerrar esta iniciativa realiza-se um espectáculo em que participam Fernando Tordo, Joaquim Pessoa, Carlos Figueiredo, Manuel Pereira, Manuel Mendes e os grupos «Rês do Chão Equerdo», «Plebe» e Coral de Tires.

A Comissão Concelhia de Cascais, numa folha informativa dirigida aos militantes comunistas, salienta:

«Camarada: decidiu a Comissão Concelhia de Cascais do PCP, promover a **Campanha de Aumento da Quota** em torno da entrega

dos novos cartões de 82/83. «Tal como o aumento do custo de vida agrava no dia-a-dia as tuas condições de vida, também o nosso Partido é afectado pela subida constante da inflação fruto da política desastrosa e ruinosa dos sucessivos governos "AD".

«A vida financeira do Partido tem sido muito afectada pelos aumentos dos preços, pois os telefones, o papel, as tintas, a luz, a água, o aluguer dos CTs., etc., etc., também aumentaram para o Partido.

«Sabias, que devido à inflação as quotas que são pagas desde 1975 a 20\$000 equivalem hoje a 4\$500. E as de 100\$000 equivalem actualmente a 20\$000?

«Para que as dificuldades do Partido no campo financeiro sejam ultrapassadas, é necessário o esforço de todos os seus militantes.

«Contamos contigo, vamos todos aumentar o valor da nossa quota em 1982!

Lucas Pires contra o associativismo popular

• ORL do PCP denuncia o carácter ditatorial do despacho 326 A/81

«O Ministério da Cultura e Coordenação Científica pretende colocar a vida cultural das colectividades, clubes e outras associações sob o controlo e vigilância dos governadores civis e dos autarcas da AD», alerta a Organização Regional de Lisboa do PCP através da sua Comissão para as Actividades Desportivas Culturais e Recreativas, em nota recentemente divulgada.

A acrescenta aquele organismo do Partido:

«A política do governo "AD" em relação à cultura, recreio e desporto é cada vez mais ditatorial e degradante. Quanto ao desporto, ainda recentemente foi tornado público através da RTP, no programa Grande Encontro de 27 de Dezembro passado pelo actual secretário de Estado dos Desportos, Vaz Serra e Moura, que, devido à redução de verbas no OGE para 1982, não seria possível o desenvolvimento do desporto no ensino escolar e de iniciativa popular. Quanto ao desporto de alta competição declarou que Portugal é um país pequeno e não tem condições para o fazer vingar...!».

É mais adiante:

«Para acompanhar tal perspectiva absurda e destrutiva no campo da cultura física e do desporto, vem agora o Ministério da Cultura, pela mão de Lucas Pires e Gomes de Pinho (famigerado vereador e ex-animador do pelouro da Cultura da CML onde desenterrou o cadáver do nacional cancionetismo e favoreceu o "pianista" Rui Guedes), impor às colectividades de cultura e recreio, clubes e outras associações, um tal despacho normativo, n.º 326 A/81, já publicado no "Diário da República", que determina qual o âmbito e conteúdo das suas actividades culturais e põe os autarcas a dar

informações sobre a vida de cada colectividade e a vigiar a aplicação dos subsídios que, porventura, venham a receber».

«Ao referir que tal atitude é um «acto ditatorial que não respeita a independência de cada colectividade, clube ou associação», a ORL do PCP adianta que esse despacho normativo «tenta impor normas de "acção cultural" tipicamente fascistas e põe os presidentes de câmaras "AD" e governadores civis nomeados pela "AD" à "cata" de votos de colectividade em colectividade, associação em associação, negando subsídios ou aconselhando-as conforme as garantias de apoio aos fins eleitoralistas da direita, que em muitos concelhos está pelas horas da agonia».

«É urgente o respeito pela Constituição»

Já na parte final da sua nota, a mencionada Comissão da ORL do PCP destaca:

«As colectividades de cultura e recreio, clubes e associações têm o direito de exigir ao Ministério da Cultura e às autarquias locais apoio financeiro e técnico para as suas actividades, tal como está consignado na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente nos seus Artigos 70.º (Juventude, direitos e deveres) e 73.º (Educação e Cultura),

«Esta decisão vem alienar minimamente a sua independência. Só com independência lhes será possível cumprir um papel diversificado e correcto no impulsionar do desenvolvimento intelectual e físico junto das populações.



«Ao querer interferir desta forma grosseira e violenta, na vida das colectividades, clubes e outras associações, o Governo "AD", através do seu ministro da Cultura, demonstrou que em to-



O ministro Lucas Pires «esquece» o alto contributo das colectividades populares na dinamização do desporto e da cultura entre as populações. Em troca, o dirigente centrista vem impor normas de «acção» tipicamente fascistas e colocar os presidentes de Câmaras «AD» e governadores civis nomeados pela «AD» em manobras eleitoralistas junto das colectividades, ao mesmo tempo que impõe uma vigilância e controlo que negam por completo a independência dessas associações.

dos os campos da vida nacional a sua política é de total degradação e autoritarismo e de tentativas de destruição da vida e da independência de cada instituição e das populações».

Finalmente, «para que o movimento popular venha a ter o apoio financeiro e técnico de que necessita, é urgente mudar de política e necessário pôr Balsemão, Freitas do Amaral, Lucas

Pires e tantos outros no seu lugar próprio para longe do comando do aparelho de Estado onde dão largas às suas tendências autoritárias e destruidoras, quer no campo da cultura quer no da nossa sobrevivência física».

«É urgente o respeito pela Constituição e a formação de um governo democrático que desenvolva no campo cultural um plano de aproximação correcta entre as colectividades, clubes e outras associações e as autarquias e o Poder Central num esforço conjugado na defesa e promoção das raízes culturais locais e estimular a formação e criação da verdadeira cultura, património dos povos e da Humanidade.

«O lugar do famigerado despacho normativo de Lucas Pires e Gomes de Pinho é o caixote do lixo, tal como os seus patronos e o governo "AD" falido em todas as frentes da vida nacional. E isso é o que vai acontecer com a luta dos trabalhadores e das populações».

Professores de Educação Física

Durante a manhã do próximo dia 6 de Março e com início às 9 e 30, realiza-se no Centro de Trabalho da rua Seio Pereira Gomes uma reunião de professores de Educação Física da Organização Regional de Lisboa do PCP.

A reunião, que é convocada pela Organização de Professores da ORL e pela Comissão de Desporto junto do Secretariado do CC do PCP, tem por objectivos proceder a um levantamento da actual situação da educação física e do desporto escolar, assim como apontar perspectivas de trabalho que permitam contribuir para a solução dos problemas do sector, caracterizado por uma progressiva degradação do ensino por obra e graça do Governo «AD».



Assembleia na Madeira

A 27 e 28 de Março decorrerá na cidade do Funchal a I Assembleia da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP. O balanço da actividade dos comunistas, as linhas de orientação para o futuro, o reforço do Partido, as posições a assumir face às grandes questões regionais estes os principais temas que serão desenvolvidos e discutidos na Assembleia.

O trabalho preparatório prossegue em bom ritmo, continuando a eleição dos delegados em reuniões promovidas pelas diversos organismos do PCP na Madeira. Saliente-se, a propósito, que participarão na Assembleia cerca de 150 delegados.

Tal como foi divulgado em conferência de Imprensa recentemente realizada no Funchal, será também eleita a nova Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM) do PCP.

Sábado, na Amadora Encontro de células de empresa

Informa-nos a Comissão Concelhia da Amadora que se vai realizar no próximo sábado, dia 27, um importante encontro de militantes das células de empresa daquela organização do Partido a nível concelhio.

Os trabalhos decorrerão no clube desportivo da "Pereira Brito", a partir das 14 e 30. Temas em foco: **situação política** e tarefas decorrentes; **organização** (reforço das células de empresa, criação de novas células; campanha de recrutamento).

Prevê-se a participação de trabalhadores comunistas de cerca de 60 empresas do jovem concelho.

Iniciativas em Sintra

A Comissão Concelhia de Sintra do PCP vai levar a efeito um conjunto de sessões de esclarecimento, com o objectivo de analisar com as populações locais a actual situação política e as tarefas do PCP após a greve geral.

Das sessões já programadas, destacam-se:

- Dia 25, às 18 horas, no Alto da Bela Vista (junto às fábricas) e no mesmo dia, às 21.30 horas, nos Pavilhões Verdes, em Mira-Sintra com a participação de A. Orsinha, do Comité Central.

- Dia 26, pelas 21 horas, no Cacém, com a presença de A. Lopes, do Comité Central.

- Dia 27, no salão dos Bombeiros Voluntários de Queluz, às 21 e 30 com A. Andrez, membro do Comité Central.

- Dia 5 de Março, em Idanha, às 21 horas, com a participação de Marília Cabral, do Comité Central do PCP.

Autarquias do Minho

• Reunião do PCP no domingo

Com a participação do camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, realiza-se no próximo domingo, dia 28, no Liceu Sá de Miranda, na cidade de Braga, uma importante reunião de quadros comunistas da região do Minho, para discussão do trabalho do Partido nas autarquias e para análise de questões relacionadas com as próximas eleições para os órgãos do Poder Local.

Festa das Amendoeiras em Barca d'Alva

A quarta edição da Festa das Amendoeiras, jornada de convívio que já tem tradições entre a população, vai animar Barca d'Alva no próximo dia 7 de Março.

A iniciativa pertence à Comissão Concelhia de Figueira de Castelo Rodrigo e do seu programa destacamos os espectáculos musicais, cinema, actividades desportivas, exposições e fado. Não faltarão os bons petiscos!

A Festa das Amendoeiras, ponto de encontro para muitos habitantes da zona de Barca d'Alva, para outros democratas do distrito da Guarda e também para muitos turistas, decorrerá no Largo das Falias e contará com a participação do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, que usará da palavra no decurso da Festa.

PCP

Vencer a crise/promover o desenvolvimento

Seminário do PCP em 7 de Março

É possível uma alternativa à actual situação económica e financeira

"Pretendemos que este Seminário propicie um encontro entre trabalhadores e técnicos comunistas e outros quadros políticos, durante o qual seja possível um diálogo franco, com o que todos temos a ganhar" — disseram ao "Avante!" os camaradas Carlos Carvalhas e Gorjão Duarte, membros suplentes do Comité Central do PCP e da comissão organizadora do Seminário sobre Economia que o nosso Partido vai promover do próximo domingo a oito dias.

Intitulado **Vencer a Crise — Promover o Desenvolvimento**, o Seminário, que será aberto à participação de todos os democratas ("as portas estarão abertas e todos serão bem-vindos"), visa "caracterizar o desenvolvimento da crise económica e financeira nos seus múltiplos aspectos", apontando ao mesmo tempo "a alternativa que no nosso entender permitirá, com as classes trabalhadoras como sujeito e motor, encontrar os caminhos certos para debelar e ultrapassar a crise profunda em que vivemos", conforme sublinharam Carlos Carvalhas e Gorjão Duarte no decorrer da troca de impressões que a seguir reproduzimos.

P. — Quais os principais objectivos desta iniciativa da Direcção da Organização Regional de Lisboa?

R. — Antes de mais gostaríamos de dizer que apesar da realização deste Seminário ser da responsabilidade da DORL isso não significa de modo algum que outras organizações regionais não participem nos trabalhos preparatórios e no debate.

Quando à pergunta... Parece-nos indiscutível o agravamento súbito da situação económica e financeira nomeadamente ao longo do ano de 1981. E não há seca, ou revalorização do dólar que expliquem tal agravamento, como o governo "AD" pretende fazer. O problema é outro. É um problema de fundo, que tem a ver com a política seguida pelos partidos da direita; que se prende com as deficiências estruturais da nossa economia; que resulta do facto da política de restauração monopolista e latifundista ser ob-

jectivamente contrária às novas realidades saídas do 25 de Abril, não entrando em conta com as grandes transformações sócio-económicas — a não ser para as contestar e tentar destruir —; e, finalmente, procurar soluções que só atendem aos interesses de uma minoria protegida pelos actuais governantes.

Facê a esta situação considerou-se ser oportuno realizar uma iniciativa deste género, durante a qual se possa caracterizar o desenvolvimento da crise económica e financeira nos seus múltiplos aspectos. Indicando, como já fizemos nas Conferências sobre a Saída da Crise, as Nacionalizações e o Mercado Comum, a alternativa que no nosso entender permitirá, com as classes trabalhadoras como sujeito e motor, encontrar os caminhos certos para debelar e ultrapassar a crise profunda em que vivemos.

P. — Como irá decorrer o Seminário?

R. — Fundamentalmente em debate, a partir de algumas comunicações iniciais. Vamos procurar que haja a maior participação dos presentes, que haja uma discussão viva dos temas propostos nas 4 secções em que se divide o Seminário: Agricultura; Pescas; Indústria; Política Monetária e Financeira/Comércio, Preços e Salários.

P. — Podem adiantar alguma coisa sobre as comunicações que irão ser feitas?

R. — Sim. Por exemplo, na Agricultura, estão previstas, entre outras, as seguintes: "A crise da Agricultura: saídas necessárias"; "Grandes projectos hidroagrícolas: novas alternativas"; "Para uma política de alimentação animal"; "Indústrias agro-alimentares"; "Baldios"; "Uma florestação ao serviço do País". Nas Pescas, estão previstas as seguintes: "Défice de produtos pesqueiros e substituição nacional das importações actuais"; "Os recursos da ZEE e águas exteriores, e os meios para realizar a sua exploração"; "Propostas de medidas: as transformações estruturais e os grandes projectos". Na secção da Indústria, sem dúvida uma das mais importantes e com maior número de intervenções destacamos, além de várias comunicações sectoriais com relevo especial para as indústrias químicas: "Análise da situação da indústria"; "Bases para uma política de desenvolvimento"; "O problema da energia". Finalmente na 4.ª secção serão abordadas as medidas e políticas do governo em matérias tão importantes como o crédito, os investimentos, a actividade bancária e os seus reflexos na economia do País, e ainda a questão dos preços e

do seu controlo, as estruturas comerciais, o papel dos organismos de coordenação económica.

P. — Falaram há pouco da alternativa económica...

R. — Que, como é sabido, o nosso Partido não desliga da alternativa global democrática e que passa pela substituição do governo da "AD" por um governo democrático cumpridor da Constituição...

P. — Certo. Mas a questão que pretendíamos pôr relaciona-se com afirmações proferidas na Assembleia da República, quando da discussão do OGE, por deputados da "AD" e até por ministros, de que o PS, através do discurso de Victor Constâncio, fora o único Partido da oposição a apresentar uma alternativa válida ao governo. Será certamente uma ideia presente ao longo do debate...

R. — Sem dúvida que sim. A verdade é que o PS já demonstrou há muito tempo

a direita se limitou a ser a herdeira dessa política, acentuando-a, naturalmente. No nosso ponto de vista, o que Victor Constâncio disse não tem nada a ver com uma verdadeira alternativa à política económica da "AD". Para que o fosse teria de romper com as orientações de fundo que estão a ser seguidas. E isso ele não o fez, ficando-se por simples propostas de alternativas numéricas que em nada bulem com o sentido de classe da política económica e financeira da "AD".

Um dos objectivos centrais deste Seminário é precisamente indicar os traços fundamentais da alternativa económica que o nosso Partido defende e divulgá-los o melhor possível junto das massas trabalhadoras e outros estratos sociais da população, nomeadamente as camadas médias. Alternativa que nós, comunistas, consideramos ser a melhor para resolver os problemas do País, mas que não é a alter-



créta para os seus problemas. O que é preciso é conhecer-na. Por isso damos grande importância à sua divulgação. Por outro lado, tem de ficar claro para todos que a solução da crise não se pode dissociar das condições de vida do povo. Pouco significaria, por exemplo, diminuir substancialmente os principais défices da nossa economia se tal não correspondesse a uma real melhoria de vida dos trabalhadores e das camadas médias da população.

P. — Há sectores que acusam o nosso Partido de ser um partido fechado, dogmático, acusação naturalmente incompatível com o conjunto de realizações públicas que as nossas organizações vão promovendo. O que se passará, a este respeito, com o Seminário?

R. — De facto, não há partido político em Portugal que procure com tanta insistência como o Partido Comunista o diálogo com os trabalhadores, com as populações, auscultando os seus anseios, comprovando junto delas as suas teses e pontos

de vista, enriquecendo, dessa forma, a sua actividade em todos os domínios. Só quem está cego, ou não queira ver, é que pode pensar o contrário do nosso Partido. Aliás, é também deste método de trabalho que vem grande parte da nossa força. Neste Seminário sobre a crise e o desenvolvimento muito do que se vai discutir já dum trabalho colectivo em que participaram trabalhadores e técnicos de sectores importantes da nossa economia. Alguns sem serem do Partido mas que conosco normalmente trabalham em iniciativas semelhantes. Estamos interessados em discutir com outros sectores políticos e sociais as nossas propostas para a solução da crise. Não estamos fechados numa redoma de vidro, nem convencidos de que temos a verdade na mão. Fazemos um esforço para apresentar propostas construtivas para a solução dos problemas económicos e financeiros do país, tendo como preocupação dominante o bem estar das classes trabalhadoras e a defesa da independência de Portugal. Daí considerarmos

de grande utilidade o debate destas questões com todos aqueles que têm as mesmas preocupações do que nós. As nossas propostas para a saída da crise são públicas, ainda que muitos não as tenham aceite frontalmente mas viessem assumi-las mais tarde como suas. O que aliás não nos molesta em nada, antes pelo contrário, pois é a prova de que são válidas, tecnicamente fundamentadas e úteis. Por isto tudo, pretendemos que este Seminário propicie um encontro entre trabalhadores e técnicos comunistas e trabalhadores e técnicos doutros quadros políticos, durante o qual seja possível um diálogo franco, com o que todos temos a ganhar. Dirigimos convites a várias personalidades fora do nosso Partido. Temos interesse em que apareça o maior número de pessoas, mesmo sem terem sido convidadas. As portas estarão abertas e todos serão bem-vindos. Não temos medo do diálogo. O que é preciso é que também não haja quem tenha medo ou quaisquer pruridos, em dialogar conosco.

O Seminário realiza-se no domingo, 7 de Março, na Faculdade de Letras de Lisboa. Os trabalhos decorrerão entre as 9 e 30 e as 20 horas (com intervalo para almoço). Incluindo um plano de abertura, trabalhos em quatro secções e um plenário de encerramento. As quatro secções são: Agricultura, Pescas, Indústria, e Política Monetária e Financeira/Comércio, Preços e Salários.

que não tem qualquer alternativa para o desenvolvimento económico do nosso País. É preciso não esquecer, e certos dirigentes do PS parecem ter memória curta, que foi precisamente este partido que lançou as bases essenciais da recuperação capitalista e latifundista. Que teve, como é sabido, o aplauso das forças da direita. E por muito que custe a alguns é um facto indelmentível que

nativa dos comunistas para os comunistas. Damo-la a conhecer a todo o Povo trabalhador, estamos abertos à sua discussão seja com quem for no sentido de a melhorar ou de a corrigir, se tal for necessário. Obviamente que as forças do grande capital se opõem. Mas estamos certos que todos os trabalhadores, os camponeses, as classes médias não deixarão de ver nelas soluções con-

Sessões no Alentejo

Estão marcadas para os próximos dias numerosas sessões de esclarecimento do PCP por todo o Alentejo. Hoje, camaradas e amigos participam em reuniões em Vila Alva; Vila Ruiva; Faro do Alentejo e Cuba. Amãnhã, dia 26, é a vez de A-dô-Pinto e Vale de Vargo. Dia 27, sábado, as sessões são em S. Miguel de Machede, às 19 horas; em N.ª S.ª de Machede, às 20.30 horas, com a participação da camarada Dinis Miranda, membro da Comissão Política do CC do PCP; em Moura, às 16 horas, com o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do PCP, que participa também em Serpa na reunião marcada para as 20.30 horas; o camarada José Rita, suplente do Comité Central, estará por sua vez em Entradas, numa reunião marcada para as 16 h. Ainda no sábado realiza-se outra sessão em Salvada (Beja).

No domingo, dia 28, os camaradas de Évora reúnem-

-se às 18 h no Teatro Garcia de Resende; o camarada António Murteira, do CC do PCP, estará na sessão de Pias; os camaradas da Amareleja e de S.ª Vitória têm igualmente sessões marcadas para este dia. Na segunda-feira, dia 1 de

Março, realizam-se sessões do Partido em Castro Verde, V. Nova da Baronia, Ficalho e Brinches; no dia 2 em Neves (Beja); no dia 3 em Beringel e Vila Azeda; no dia 4 em Albarnea e S. Matias e no dia 5 de Março em Trigacho.

Vale de Santarém

Culminando uma intensa actividade preparatória que mobilizou 75 por cento da organização, realizou-se no passado dia 14 a I Assembleia dos comunistas da freguesia de Vale de Santarém. Presentes 45 delegados e também vários convidados, entre os quais o presidente da Junta de Freguesia (eleito pela APU) e uma delegação do Partido Socialista.

No decorrer dos trabalhos foram apresentadas comunicações sobre autarquias, colectividades, jovens,

operários agrícolas, mulheres e ainda pela Comissão pró-Centro e pela Comissão Concelhia de Santarém.

Houve ainda uma intervenção pelo camarada Eugénio Pisco, membro do Comité Central do Partido.

Foram aprovadas por unanimidade e aclamação a composição da nova Comissão de Freguesia (12 elementos) e o Plano de Actividades.

No almoço-convívio integrado no programa da Assembleia participaram 80 pessoas. Na ocasião, o camarada Vitor Fernandes, da DORSA, abordou o actual momento político.

Em Setúbal

Para os próximos dias estão marcadas na região de Setúbal, entre outras, as seguintes reuniões e sessões do PCP:

Amanhã — sessões em Sesimbra, às 21 horas, com Ercília Talhadas; no Seixal, com Domingos Abrantes; no Barreiro («Penecheiros»), com José Vitoriano; em Palmela, com Hermenegilda Pereira; em Grândola, com Joaquim Gomes; e comício em Almada, com Dias Lourenço. Todas estas iniciativas começam às 21 horas.

Sábado — sessões na Carasqueira (Alcácer do Sal), com Jorge Patrício; e na Balxa da Serra (B. da Banheira), às 21 horas; e plenário de quadros em Palmela, durante todo o dia.

AVANÇO E DERROTA DO PLANO SUBVERSIVO "AD" 1980

DISCURSOS POLÍTICOS DE ALVARO CUNHAL

1.º E 2.º VOLUMES

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

A VENDA

edições Avante!

TORRE CINZENTA

Poemas da Prisão

José Magro

O relatório de uma solidão ou a prova de que o fascismo nada pode perante a força, a determinação e o querer aglutinados, por exemplo, num livro de poemas.

COLECÇÃO "RESISTÊNCIA"

edições Avante!

Uma política de subserviência ao imperialismo norte-americano tem utilizado maciça e desavergonhadamente a televisão, a rádio e muitos jornais como amplificadores da campanha de intoxicação ideológica, belicista e anti-soviética.

QUEM AMEAÇA A PAZ

Torna-se imperioso divulgar os dados e os factos que permitem formular um juízo objectivo sobre a candente questão da Guerra e da Paz nos nossos dias.

É esse o objectivo da edição em português da presente obra.

Um livro em defesa da Paz e do desanuviamento e contra o aumento da tensão internacional.

edições Avante!

José Magro

Uma romagem ao cemitério de Benfica na passada segunda-feira assinalou o 2.º aniversário da morte do camarada José Magro, resistente antifascista e membro do Comité Central do PCP.

Participaram na romagem cerca de 200 pessoas, que ouviram intervenções dum camarada do Comité Local de Lisboa (CLL), de João Faria Borda, em representação da URAP, e de Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. Os três oradores evocaram a figura de José Magro e o significado da romagem.

O falecido dirigente do PCP nasceu em 27 de Março de 1920 na freguesia de Alcântara, em Lisboa. Grande parte da sua vida, especialmente a partir de 1945 (altura em que passa à clandestinidade como funcionário do Partido), foi inteiramente dedicada à luta pela democracia e a liberdade. Foi várias vezes preso pela

polícia política do fascismo, tendo passado vinte anos nas prisões.

José Magro, foi Vice-Presidente da Assembleia da República em representação do PCP e um dos principais organizadores da célebre fuga de Caxias no carro blindado de Salazar juntamente com mais sete camaradas.

Gabriel Pedro

Passa agora o 10.º ano sobre a morte do camarada Gabriel Pedro, destacado antifascista e membro do PCP desde a década de 20 que sofreu mais de dez anos de deportação e prisão, alguns dos quais no campo de concentração do Tarrafal.

Gabriel Pedro foi um valente combatente contra a ditadura fascista, tendo dado nos últimos anos da sua vida uma importante contribuição em acções armadas contra a máquina de guerra do regime fascista.

SEMANA Internacional

17

Quarta-feira

Robert Mugabe, 1.º ministro do Zimbábue, anuncia o afastamento do governo da União Popular Africana chefiada por Joshua Nkomo, acusado de conspirar contra o regime. Angola e o Senegal divulgam a decisão de estabelecer relações diplomáticas a nível de embaixadores. Agatha Barbara, do Partido Trabalhista de Malta, é eleita Presidente da República pelo parlamento, sendo a primeira mulher do país a desempenhar aquele cargo. O Ministério do Trabalho Belga publica a taxa de desemprego no país, que atingiu em Fevereiro 10,9 por cento da população activa; a Bélgica é o país da CEE onde o desemprego é maior. Grave acidente do metro de Moscovo provocado pelo desabamento de parte das escadas rolantes.

18

Quinta-feira



França abandona Tchad

Os ministros da Energia de Angola, Moçambique, Zâmbia, Botswana, Zimbábue, Tanzânia e Malawi reúnem-se em Luanda para estudar possibilidades de fornecimentos e abastecimentos energéticos da África Austral. Realizam-se eleições gerais na República da Irlanda. A França decide interromper os seus fornecimentos de armas e munições ao Tchad. O governo grego protesta junto da NATO contra a ajuda militar norte-americana à ditadura militar que domina a Turquia. A agência Tass anuncia que o novo presidente finlandês, Mauno Koivisto, visitará oficialmente Moscovo em Março.

19

Sexta-feira



Declarações bombásticas

Começa em Madrid o julgamento dos implicados na tentativa de golpe fascista em Espanha, que culminou com a ocupação do parlamento espanhol em 23 de Fevereiro do ano passado. O jornal "Washington Post" revela declarações bombásticas de Alexander Haig sobre os aliados europeus dos EUA, a quem o secretário de Estado norte-americano chama "cobardes", "mentirosos", "hipócritas safados", entre outras coisas. A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional anuncia que redoundo em completo desaire a última contra-ofensiva do exército da junta fascista no poder em El Salvador. Viticultores franceses assaltam três camiões-tanque italianos e despejam o seu conteúdo como protesto contra a entrada no país de vinho de baixo preço, reabrindo assim a "guerra do vinho" na comunidade. A Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas condena Israel pela destruição, em Junho de 1981, das instalações nucleares iraquianas de Tamuz.

20

Sábado



L.S. condena El Salvador

É anunciado que a NATO vai realizar importantes manobras militares no Golfo do México e nas águas que separam os EUA e Cuba, de 8 a 18 de Março. Os dirigentes sindicais britânicos e norte-americanos condenam a política de M. Thatcher e R. Reagan geradora da maior crise de desemprego dos seus países desde a grande depressão dos anos 30. Felipe Gonzalez, um dos vice-presidentes da Internacional Socialista, declara em Bonn que na situação de guerra civil que se vive em El Salvador não podem ser legitimadas as eleições anunciadas para Março naquele país.

21

Domingo

A Agência Tass anuncia que uma delegação partidária e governamental da Polónia visitará oficialmente a União Soviética no princípio de Março, chefiada por Wojciech Jaruzelski. Prossegue a agitação estudantil palestiniana na Margem Ocidental do Jordão, onde as autoridades de Israel encerraram a universidade árabe de Biz Zeir. O padre Carlos Palencia denuncia que a perseguição ao clero católico na Guatemala provocou nos últimos anos a morte de 15 padres e 190 catequistas, o exílio de 260 frades e freiras e o incêndio de três conventos.

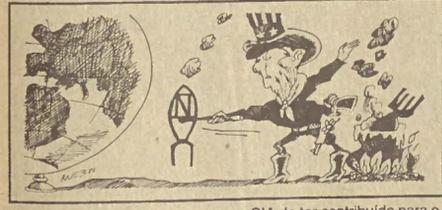
22

Segunda-feira

A República Árabe Sarauai Democrática é reconhecida como membro de pleno direito da Organização de Unidade Africana. Prossegue na Turquia os julgamentos de 46721 pessoas, acusadas pelo regime militar fascista de «filiação em partidos políticos», «adesão a sindicatos» e de lutar contra o regime. O Governo da Nicarágua acolhe favoravelmente as declarações do presidente mexicano José Lopez Portillo, com vista a uma solução pacífica dos problemas da América Central.

23

Terça-feira



O Jornal sírio «Al Baas» acusa a CIA de ter contribuído para o treino dos «Irmãos Muçulmanos», no intuito destes espalharem a confusão e o terrorismo na Síria. Aumenta as adesões ao apoio para um grande manifestação em Bonn no dia 10 de Junho contra a visita do presidente dos EUA, Ronald Reagan. Um alto funcionário do Banco Mundial afirma que a administração norte-americana está a planejar cortes na ajuda externa que poderão «provocar consideráveis perturbações sociais e políticas» nas nações mais pobres da África e do Sul da Ásia. O presidente da Roménia afirma em Bucareste que nada pode ser considerado mais importante no mundo que os problemas da paz e do desarmamento.

Efeméride da Semana — A 23 de Fevereiro de 1981 regista-se em Espanha uma tentativa falhada de golpe de Estado fascista.

Internacional

Violência crescente contra o povo de Salvador

Em véspera da farsa eleitoral montada para Salvador, e reflectindo o seu verdadeiro carácter, cresce a violência da Junta contra o povo salvadorenho e aprofunda-se a ingerência norte-americana, que se concretiza em múltiplas iniciativas convergentes no esforço de liquidar uma grande batalha popular «incómoda» para a Casa Branca.

Isso mesmo foi recentemente afirmado por Haig (e não em encontro particular onde, como actualmente é do conhecimento geral, este general norte-americano utiliza uma linguagem, digamos, pouco-política...) em entrevista publicada no «New York Times». «A situação nessa parte do mundo — declarou o secretário de Estado norte-americano, referindo-se à América Central — está-se a transformar num sério perigo para a segurança do nosso continente e num desafio aos interesses vitais dos Estados Unidos no continente americano».

Assim, em nome «dos interesses vitais» dos Estados Unidos, trinta mil pessoas foram assassinadas só em 1981 (e as estatísticas provam que em cada 10 unidades de munições fornecidas pelos EUA ao Salvador, 8 são utilizadas contra crianças, velhos e mulheres desarmadas). Em nome dos «interesses vitais» dos Estados Unidos, mais de 700 mil salvadorenhos fugiram entretanto do seu país. Em nome desses mesmos «interesses vitais» sobe a escalada da violência — única forma que a Junta conhece de preparar as eleições... Os aviões e a artilharia fornecidos pelos EUA estão neste momento a ser utilizados para o bombardeamento de diversas aldeias dos distritos de San Vicente e Cabanas, no norte do país. Villa Dolores, Villa Vitoria, San Esteban, Catarina, San Sebastian, Santo Domingo, Santa Clara, estão a ser alvo de uma verdadeira acção de extermínio da sua população. Acções de extermínio em que têm também participado forças militares hondurensas. A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) denunciou a preparação de uma operação em larga escala contra o Centro e o Norte do país.

Nas manobras visando uma «legalização» da Junta, que assim mais facilmente pode solicitar o envio de tropas de regimes reaccionários latino-americanos, duas medidas políticas foram já avançadas. Em Dezembro, os Estados Unidos obtiveram o apoio formal da Organização dos Estados Americanos (OEA) à organização das eleições-farsa em El Salvador (não conseguiram entretanto obter o apoio para uma intervenção militar). Em Janeiro, criaram uma chamada comunidade democrática da América Central, com base nos governos de El Salvador, Honduras e Costa Rica, cujos acordos prevêem a possibilidade de estes três Estados pedirem uma ingerência militar estrangeira a pretexto da «luta contra o terrorismo». Os objectivos saltam à vista. Entretanto — paralelamente com o crescente auxílio económico-militar norte-americano à Junta, que está rapidamente a conduzir El Salvador para a quarta posição de «beneficiário» de tal ajuda, depois de Israel, Egipto e Turquia — estão em estado de preparação para combater cinco brigadas de «marines», para em qualquer momento serem enviadas para Salvador. Já em Fevereiro, uma conferência de chefes militares de El Salvador, Honduras e Guatemala, acordou na realização de acções conjuntas contra as forças revolucionárias em El Salvador. Reforça-se simultaneamente

o dispositivo militar norte-americano nas Caraíbas. Reforça-se a base de Key West, na ponta sul da Flórida, praticamente desactivada há vários anos. Em Abril, dois porta-aviões serão mandados para a zona das Caraíbas, admitindo-se a possibilidade de os EUA voltarem a estacionar uma esquadra permanente na zona das Caraíbas. Está igualmente a ser planeado o reforço dos três sistemas de bases já existentes nas Caraíbas: no Panamá, uma série de bases na zona do Canal, onde estão estacionados 9400 soldados americanos; em Porto Rico, colónia norte-americana com uma importante base aero-naval; e em Cuba, no território ocupado de Guantanamo, base naval norte-americana no extremo da ilha, imposta ao povo cubano pelo tratado de 1903.

Esta escalada de manobras e violência, envolvendo perigos sérios para o povo de El Salvador, atinge também toda a zona da América Central. A realização, de 8 a 18 de Março, das mais importantes manobras conjuntas das forças navais dos países membros da NATO na região do Golfo do México e nas águas que separam os EUA de Cuba, reflectem e contribuem para a escalada de tensão em



O que se vive em El Salvador é de facto uma guerra popular. A guerrilha apoia-se e desenvolve-se pela ajuda multiforme das populações

toda a América Central e Caraíbas, escalada que directamente se prende à política agressiva e de directa ingerência na vida política dos países da zona, praticada de forma hoje totalmente aberta pelos EUA.

A verdade, entretanto, é que a escalada repressiva não está a frear a luta dos povos na América Central, e particularmente em El Salvador. Neste país, dirigentes da FMLN afirmam mesmo terem assumido a iniciativa militar. Comprovando esta avaliação da situação actual, assinala-

m-se algumas importantes acções como a recente destruição de 20 aviões e 8 helicópteros, num ataque a uma importante base aérea da Junta, a operação em Usulután, que permitiu aos guerrilheiros controlarem essa cidade durante 7 dias, as acções dentro da própria capital, de que são recentes exemplos as explosões no centro da cidade de Salvador, com o cuidado de não provocar vítimas, e a ocupação de um arrabalde durante o tempo suficiente para aí realizar um comício.

A luta em África contra o neocolonialismo

A África negra vive neste momento uma complexa batalha entre o processo de libertação das relações de dependência neocolonial, que ainda dominam grande parte dos países do continente, e a acção de resistência, e quando possível de contra-ofensiva, de forças retrogradadas, apoiadas e alimentadas pelo imperialismo e mesmo directamente pelas multinacionais. O que se está a passar na África do Sul e na Namíbia é um exemplo significativo do que representa o peso do neocolonialismo.

Há dias foram apresentados ao exame da Comissão da ONU dos Direitos do Homem dois projectos de resolução sobre a política racista de Pretória. Um dos projectos reafirma o direito à autodeterminação e independência do povo da Namíbia, e exige o fim da agressão militar contra Angola e outros países africanos por parte da África do Sul.

O outro visa a política de Pretória na própria África do Sul, protestando quer contra a violação dos direitos sindicais e, em termos mais vastos, dos direitos humanos, quer contra a prática dos «bantustões», regiões pretensamente independentes, com governos-fantoches, para onde são empurradas populações negras, mão-de-obra barata, disponível para a super-exploração.

A resposta não merece dúvidas. É perfeitamente clara tanto a nível económico como a nível político, mesmo limitando-nos a factos actuais.

Os participantes da sessão da Comissão da ONU para os direitos humanos, qualificaram as companhias e bancos ocidentais que cooperam com a África do Sul como «cúmplices dos criminosos». Estes cúmplices são conhecidos. A sua lista foi pela primeira vez elaborada, a pedido da Comissão, em 1979. Comportava então mais de 2500 títulos. A nova lista suplementar contém outros 465 trusts e corporações industriais, financeiras, de transporte, etc., destacando-se 88 sociedades e bancos norte-americanos e 60 da RFA. Destacam-se desta lista 52 monopólios industriais e bancos dos EUA, Grã-Bretanha, França, RFA, Israel e Holanda, como fornecedores directos de auxílio militar, armamento sofisticado, e como financiadores da indústria de guerra da África do Sul que, nunca é de mais lembrar, inclui mesmo a arma atómica.

Há pouco, um dirigente do Partido Nacionalista do Sudoeste Africano (filial do Partido Nacionalista do poder na África do Sul) fez uma elucidativa declaração em que, para além de afirmar que «a proclamação de independência unilateral (ou seja sob domínio branco), como aconteceu na Rodésia em 1965, é o único meio de resolver o problema namibiano, ou ainda que «a organização, na Namíbia, de eleições segundo o princípio "uma pessoa, um voto", preconizada pelo exterior, conduzir à formação de um governo socialista-marxista», disse que a África do Sul e os Estados Unidos se dispõem a reclamar unilateralmente a «independência» da Namíbia, tipo Rodésia, portanto caso o plano norte-americano, veiculado através do «grupo de contacto» não seja aceite.

Perspectiva que não só traduz o grande peso dos EUA, do seu apoio múltiplo à África do Sul, como base do arrastar da dramática situação sócio-política que se vive neste país e do processo de independência da Namíbia, como se coaduna totalmente com uma afirmação do primeiro-ministro sul-africano Pieter Botha ao Parlamento de que o seu governo «defende categoricamente a dominação dos brancos e o desenvolvimento separado (apartheid) como o meio mais seguro de prevenir a revolução».



Estas as condições de vida reservadas a 24 milhões de pessoas na África do Sul — a maioria esmagadora da população

Solidariedade

• O 25.º aniversário de «El Popular» (Uruguai)

Por ocasião do 25.º aniversário aniversário do órgão central do Partido Comunista do Uruguai, o camarada Eduardo Vieira, membro do Comité Executivo do Comité Central deste partido irmão, forneceu ao «Avante!» o seguinte depoimento:

O jornal «El Popular», fundado em Fevereiro de 1957, foi durante o período decorrido de um auxiliar seguro dos comunistas que inspiram e organizam a luta do povo uruguaio contra as forças reacçãoárias.

Este jornal foi criado como órgão oficial do Partido Comunista do Uruguai para orientar a luta das amplas massas populares, reflectir os interesses dos operários e camponeses, reagir rapidamente aos problemas das diferentes camadas da população, como os estudantes, os intelectuais, os reformados.

O jornal falava das greves e ocupações de fábricas, marchas de protesto, comícios e reuniões populares. E quando era necessário, jornalistas e fotógrafos traba-

zavam para calar a voz do Partido.

Em duríssimas condições, correndo constantemente o risco de serem lançados na prisão, os comunistas continuavam a publicar o «Carta», o «Liberarse» e outras edições que inspiram a luta contra a ditadura. Nos últimos anos a polícia várias vezes localizou e ocupou pequenas tipografias clandestinas, impedindo a saída das nossas edições. Porém, o «Carta», órgão central do nosso Partido, continua a ser publicado. Foram emitidos mais de cem números deste periódico. As publicações do Partido Comunista do Uruguai como «Liberarse» (órgão dos jovens comunistas) passam de mão em mão. Os comunistas uruguaio editam actualmente no estrangeiro a revista teórica «Estudios». Uma edição mais reduzida é também publicada no Uruguai.

No período de luta contra a ditadura muitos jornalistas se

Saudação do PCP ao PC do Canadá

«Por ocasião da 25.ª Convenção e da passagem do 60.º aniversário do vosso partido, saudamos fraternalmente o Comité Central do Partido Comunista do Canadá e todos os comunistas canadianos» — afirma-se numa saudação enviada pelo CC do PCP ao CC do PCC, a qual prossegue:

«Desde a fundação do seu partido há 60 anos, os comunistas canadianos, colocaram-se decididamente nas primeiras linhas da luta da classe operária e das massas trabalhadoras contra o poder do grande capital, pelos seus direitos sindicais e outros direitos democráticos, pelo progresso social e pela paz, pela verdadeira independência nacional. No momento em que os comunistas canadianos celebram o 60.º aniversário do seu partido, desejamos realirmar-vos a inteira solidariedade dos comunistas portugueses à luta que travais em defesa dos interesses e aspirações da classe operária e dos trabalhadores, contra as consequências da crise do sistema capitalista que atinge o vosso país, por uma justa solução do problema nacional, contra a subordinação dos interesses do Canadá aos interesses do imperialismo norte-americano e da NATO e pela verdadeira independência do seu país, pela paz e pelo desarmamento».

Noutro passo, afirma a saudação: «O PCP considera que a luta contra a política militarista e agressiva do imperialismo, e pela defesa da paz e pelo desarmamento, constitui uma tarefa fundamental da hora presente. «O imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano procura por todos os meios impedir o avanço impetuoso da luta dos trabalhadores e dos povos, alcançar a supremacia militar, impor a sua hegemonia nos assuntos mundiais. Os perigos para a paz, a liberdade e a independência dos povos em numerosos países e regiões do mundo são enormes. Passou porém o tempo em que o imperialismo podia ditar a sua política e impor a sua vontade. «Em nosso entender, para derrotar os planos agressivos e belicistas do imperialismo é necessário fortalecer a unidade do movimento comunista internacional, assim como fortalecer a amizade e solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias da época contemporânea: a URSS e os países socialistas, os países progressistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional. O PCP não poupará esforços na luta por estes objectivos».

E a terminar: «Renovando as nossas saudações fraternais pela passagem do 60.º aniversário do Partido Comunista do Canadá e os nossos votos de sucesso na realização da 25.ª Convenção, do vosso partido, expressamos a nossa vontade de continuar a agir para reforçar os laços de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário».

edições Avante! revista Internacional revista dos partidos comunistas e operários

Para além das amendoeiras em flor Quem conhece a outra face do Algarve?

Nem só de praias e sol vive uma região. O Algarve, com os seus mais de cinco mil quilómetros quadrados de superfície, constitui um exemplo bem significativo do que acabámos de dizer. Praias de água morna, sol radioso, amendoeiras em flor... Sim, o Algarve tem esses atractivos. Mas tem também uma população que no quotidiano vive inúmeros problemas, que se vão ampliando a ritmo crescente. Problemas graves, que necessitam urgentemente de solução.

Agora, mais do que nunca estão à vista de todos os algarvios as consequências da política que nos últimos anos nada fez em prol do desenvolvimento regional. Discursos e frases de propaganda na Comunicação Social (particularmente na TV), congressos e encontros para teorizar aspectos da regionalização, manobras de demagogia e eleitoralismo... bem, disso está já farta a população do Algarve. Coisas concretas? Dissos, nem sombras.

Meia dúzia de interrogações de carácter geral poderão comprovar o que dissemos.

1. Existe algum projecto sério de desenvolvimento económico do Algarve que tenha sido iniciado ou dinamizado? E ou não é verdade que todas as obras de infra-estruturas indispensáveis ao progresso da região estão por iniciar?
2. Existem ou não atrasos na construção das barragens de Belche-Odeleite e do Funcho-Odelouca, obras indispensáveis à resolução do abastecimento de água às populações do litoral e ao apoio e incremento da agricultura algarvia?
3. E ou não é verdade que não se vislumbram a curto prazo quaisquer soluções para os problemas relacionados com a construção de novos portos e desassoreamento de barras (Lagos, Guadiana, Fuseta, Quarteira, etc)?
4. E quando se concretizam as importantes obras de saneamento básico que têm em resposta ao crescimento populacional (problema que abrange grande parte do distrito)?
5. Que dizer dos importantes problemas das vias e meios de comunicação, quer na ligação do Algarve ao resto do País quer no interior do próprio distrito?
6. E a rede de frio para apoio à agricultura e às pescas, quando se concretiza?
7. E a Universidade do Algarve?
8. Por último: é ou não é verdade que se acentuam as diferenças entre o litoral e a serra, com o empobrecimento das suas populações?

Da agricultura à construção civil
Depois de referir que "sem as indispensáveis infra-

estruturas, sem um plano de ordenamento da região, sem apoios e incentivos, vários e importantes sectores económicos do Algarve arrastam-se em crise", a Direcção Regional do PCP (DORAL) afirmava recentemente:

"A agricultura, a contas com a falta de água que possibilite-se no litoral diversificar culturas e aumentar substancialmente a área de regadio, aproveitamento quer as condições de excepcional qualidade do solo agrícola quer as condições climatéricas existentes. A serra aguarda a reconversão necessária que, para além do mais, impedissem a erosão acentuada a que se assiste onde a desertificação progride;

"O turismo continua a desenvolver-se de forma desordenada e desequilibrada, predominando nele a actividade especulativa imobiliária, em detrimento de uma política séria de aproveitamento das excelentes condições naturais disponíveis na região e da utilização racional de toda a capacidade industrial instalada;

"As pescas de fronteira com o envelhecimento de boa parte da frota, em acordos estáveis e vantajosos com países do Norte de África; com acordos com a Espanha que apesar de apresentarem algumas melhorias não salvaguardam inteiramente os interesses da região e do País; com a ausência de lotas e de regulamentação actualizada que modifique radicalmente o seu funcionamento; sem apoios e incentivos ao importante sector da pesca artesanal que no Algarve ocupa 2/3 da mão-de-obra empregue neste sector;

"A conservação a braços com a crise que desde há muito o sector se debate, perdem poder competitivo para outros concorrentes no mercado internacional, pairando o espectro de novos encerramentos de outras empresas;

"A construção civil onde depois de um surto de desenvolvimento se assiste aos sombrios sintomas de crise provocada entre outros aspectos pela especulação imobiliária, pelas dificuldades de acesso ao crédito, pela constante subida do preço das matérias-primas, deixando antever uma grande recessão no sector;

"Conclui a DORAL: "Com a "AD" no Governo não há um só sector da economia do Algarve que não apresente sintomas de crise."

"conservas a braços com a crise que desde há muito o sector se debate, perdem poder competitivo para outros concorrentes no mercado internacional, pairando o espectro de novos encerramentos de outras empresas;

"A construção civil onde depois de um surto de desenvolvimento se assiste aos sombrios sintomas de crise provocada entre outros aspectos pela especulação imobiliária, pelas dificuldades de acesso ao crédito, pela constante subida do preço das matérias-primas, deixando antever uma grande recessão no sector;

"Conclui a DORAL: "Com a "AD" no Governo não há um só sector da economia do Algarve que não apresente sintomas de crise."

"conservas a braços com a crise que desde há muito o sector se debate, perdem poder competitivo para outros concorrentes no mercado internacional, pairando o espectro de novos encerramentos de outras empresas;

"A construção civil onde depois de um surto de desenvolvimento se assiste aos sombrios sintomas de crise provocada entre outros aspectos pela especulação imobiliária, pelas dificuldades de acesso ao crédito, pela constante subida do preço das matérias-primas, deixando antever uma grande recessão no sector;

"Conclui a DORAL: "Com a "AD" no Governo não há um só sector da economia do Algarve que não apresente sintomas de crise."

"conservas a braços com a crise que desde há muito o sector se debate, perdem poder competitivo para outros concorrentes no mercado internacional, pairando o espectro de novos encerramentos de outras empresas;

"A construção civil onde depois de um surto de desenvolvimento se assiste aos sombrios sintomas de crise provocada entre outros aspectos pela especulação imobiliária, pelas dificuldades de acesso ao crédito, pela constante subida do preço das matérias-primas, deixando antever uma grande recessão no sector;

"Conclui a DORAL: "Com a "AD" no Governo não há um só sector da economia do Algarve que não apresente sintomas de crise."

• DORAL do PCP: agravam-se todos os problemas da região

A propósito da descentralização (e dos 4 milhões a menos...)

Muito se tem dito a propósito da descentralização. Nos últimos dias, o tom reforçou-se e o Governo "AD" até convocou uma sessão especial com directores de órgãos de Comunicação Social, tendo como principal "objectivo" a sua sensibilização para a "dinâmica da regionalização".

Nesse encontro foram produzidas declarações de "peso". Pinto Balsemão falou do desenvolvimento das regiões. Freitas do Amaral disse que o processo de regionalização é a "mais profunda reforma política e administrativa que se introduziu em Portugal desde os séculos XIV e XV" (não se sabe em que argumentos e documentação histórica se baseia o líder do CDS...).

O secretário de Estado da Administração Regional e Local, Roberto Carneiro, revelou que o Conselho de Ministros de 11 de Fevereiro "aprovou os programas de actividades a curto prazo do Secretariado Técnico para a Regionalização e da Comissão para a Descentralização." A reunião serviu ainda para informar que de 15 de Março a 13 de Abril será levada "em todo o país" uma "ampla discussão" a nível do Poder Local sobre o tal processo de regionalização.

"O que acabámos de descrever são as promessas AD. Até porque as eleições autárquicas estão à porta... A data foi bem escolhida. Resumindo, está em curso mais uma manobra propagandística e demagógica da direita.

"Na prática, que resultados existem? Voltemos ao caso do Algarve:

"Prometendo descentralização e apoio à resolução dos problemas da região, o Governo da AD levou a cabo uma política de concentração de poderes, numa ofensiva para limitar, estrangular, a vida e a acção dos órgãos do Poder Local democrático saído da revolução de Abril.

"Em nome de uma hipotética e hipocrítica política de regionalização, cria a Comissão de Saneamento Básico do Algarve, or-

gão que, até agora, não mostrou, minimamente, qualquer capacidade para resolver os importantes problemas para que foi vestida.

"Cria a Comissão de Coordenação da Região do Algarve e altera as regras de funcionamento da CRTA, impedindo que nelas os órgãos do Poder Local e os representantes de vários sectores da população algarvia e dos interesses reais da região pudessem ter um papel activo e minimamente eficaz na defesa dos seus interesses.

"Sonega às autarquias do Algarve, através da não aplicação da Lei das Finanças Locais, nos últimos três anos, a importante verba de 4 milhões de contos.

"Nos órgãos do Poder Local onde a AD e o PPD conseguiram conquistar a maioria, desenvolvem um conjunto de acções tendentes a combater o Poder Local democrático, saldando a sua actividade por um desrespeito total pela solução dos problemas das populações, numa acção caracterizada pela corrupção e o compadrio, desrespeitando o funcionamento democrático desses órgãos.", sublinha a DORAL, que acrescenta:

"Contrastando com esta situação e apesar das dificuldades impostas pelo governo AD-Balsemão-Amáral, as autarquias de maioria APU, com especial destaque para a Câmara de Vila Real de S. António, saldam os seus mandatos demonstrando uma elevada capacidade de gestão posta ao serviço da resolução dos problemas das populações que os elegeram.

"Através do seu esforço, competência e dedicação, os eleitos da APU honraram inteiramente os compromissos e as responsabilidades assumidas."

"São os contratos a prazo, a repressão, a intimidação e os despedimentos arbitrários que acentuam a instabilidade da vida e tornam incerto o futuro.

"São os pequenos e médios comerciantes e industriais a contarem com cargas fiscais e estrangulamentos financeiros, factos que conduzirão à ruína e ao encerramento de muitas pequenas e médias empresas.

"São os jovens as principais vítimas do desemprego e da crise do ensino, que ao concluírem o 12.º ano de escolaridade, na melhor das hipóteses, engrasam o contingente de contratos a

prazo em empregos de ocasião. "São os reformados, cujas pensões de miséria pouco mais lhe dão do que para sobreviver."

Conclui a DORAL do PCP:

"O empobrecimento e as dificuldades reais que rio à-dia são suportadas pela esmagadora maioria da população, há que acrescentar a degradação generalizada da prestação dos serviços de saúde em todo o distrito, situação agravada pelas últimas medidas do Governo AD; as dificuldades crescentes com a habitação agravadas pelas recentes medidas do Governo AD que no Algarve se traduziram no impedimento à construção de mais de 3000 habitações e à paralisação de muitos outros projectos de habitação social; as dificuldades crescentes no acesso ao ensino quer por falta de escolas quer porque o ensino assume cada vez mais um carácter elitista; a ausência de uma política cultural e desportiva que pudesse representar uma alternativa à ocupação dos tempos livres da juventude algarvia e de outros sectores da população do distrito."

"Tal como salienta a DORAL do PCP,

"Só um forte e generalizado movimento de massas pode evitar que os desígnios da política do Governo AD se concretizem. Só a luta permitir afastar definitivamente do Poder o Governo da Aliança Reaccionária (...)

"A continuidade da luta exige o empenhamento, a unidade na acção, de todas as forças e sectores democráticos, designadamente socialistas, empenhados na defesa do Portugal de Abri."

"Tal como salienta a DORAL do PCP,

"Só um forte e generalizado movimento de massas pode evitar que os desígnios da política do Governo AD se concretizem. Só a luta permitir afastar definitivamente do Poder o Governo da Aliança Reaccionária (...)

"A continuidade da luta exige o empenhamento, a unidade na acção, de todas as forças e sectores democráticos, designadamente socialistas, empenhados na defesa do Portugal de Abri."



O Algarve não é só praias de água morna, sol e férias. O Algarve é também uma região em que as populações lutam com enormes dificuldades no seu quotidiano, nomeadamente nos sectores da agricultura, pescas e indústria, enquanto o turismo se continua a desenvolver de forma desordenada e desequilibrada, predominando a actividade especulativa imobiliária, em detrimento de uma política séria de aproveitamento das excelentes condições naturais disponíveis na região e da utilização racional de toda a capacidade instalada ao nível dos equipamentos e estruturas



As condições de vida da população

A semelhança das outras regiões do País, a situação das classes trabalhadoras e do povo do Algarve vai-se degradando cada vez mais, tanto ao nível das condições de vida, como de trabalho.

A Direcção Regional do PCP sintetiza assim os problemas que se vivem no distrito do Faro: "São os salários que diariamente perdem o seu valor real, face aos constantes aumentos de preços de produtos essenciais.

"A repressão, a intimidação e os despedimentos arbitrários que acentuam a instabilidade da vida e tornam incerto o futuro.

"É o desemprego que aumenta, atingindo particularmente jovens e mulheres.

"São os tribunais e a inspecção de trabalho que não respondem com eficácia à defesa de direitos consagrados na lei, prejudicando milhares de trabalhadores e incentivando o patronato à prática corrente da ilegalidade.

"São os agricultores que, sem apoios incentivos, a contas com o encarecimento dos factores de produção (rações, pesticidas, adubos gasóleos, etc.), com o estrangulamento e encarecimento do crédito, com o baixo preço dos seus produtos e com dificuldades para situações de endividamento e ruína abandonando muitos deles grandes áreas de produção agrícola.

"São os pequenos e médios comerciantes e industriais a contarem com cargas fiscais e estrangulamentos financeiros, factos que conduzirão à ruína e ao encerramento de muitas pequenas e médias empresas.

"São os jovens as principais vítimas do desemprego e da crise do ensino, que ao concluírem o 12.º ano de escolaridade, na melhor das hipóteses, engrasam o contingente de contratos a

prazo em empregos de ocasião. "São os reformados, cujas pensões de miséria pouco mais lhe dão do que para sobreviver."

Conclui a DORAL do PCP:

"O empobrecimento e as dificuldades reais que rio à-dia são suportadas pela esmagadora maioria da população, há que acrescentar a degradação generalizada da prestação dos serviços de saúde em todo o distrito, situação agravada pelas últimas medidas do Governo AD; as dificuldades crescentes com a habitação agravadas pelas recentes medidas do Governo AD que no Algarve se traduziram no impedimento à construção de mais de 3000 habitações e à paralisação de muitos outros projectos de habitação social; as dificuldades crescentes no acesso ao ensino quer por falta de escolas quer porque o ensino assume cada vez mais um carácter elitista; a ausência de uma política cultural e desportiva que pudesse representar uma alternativa à ocupação dos tempos livres da juventude algarvia e de outros sectores da população do distrito."

"Tal como salienta a DORAL do PCP,

"Só um forte e generalizado movimento de massas pode evitar que os desígnios da política do Governo AD se concretizem. Só a luta permitir afastar definitivamente do Poder o Governo da Aliança Reaccionária (...)

"A continuidade da luta exige o empenhamento, a unidade na acção, de todas as forças e sectores democráticos, designadamente socialistas, empenhados na defesa do Portugal de Abri."

Propostas sérias e objectivas para alguns problemas

A população do Algarve debate-se com inúmeros problemas e há, sem dúvida, uma grande insatisfação regional face à política que deixa arrastar e ampliar esses mesmos problemas. Mas há também quem tenha propostas sérias, objectivas e directas para a tentativa de resolução das questões que no dia-a-dia afectam os portugueses que vivem naquela região. Ainda recentemente, no II Congresso sobre o Algarve, iniciativa promovida pelo Rascal Clube de Silves, e a que já fizemos referência na semana passada, os camaradas Carlos Brito, José Vitoriano, Margarida Tengarrinha, Vítor Neto e João Andrade Santos tiveram oportunidade de expor algumas ideias sobre assuntos directamente relacionados com o desenvolvimento económico-social a que os trabalhadores e a população do Algarve desde há muito aspiram.

Carlos Brito apresentou uma comunicação sobre «Regionalização e Administração Local», José Vitoriano sobre «A Agricultura no Algarve», Margarida Tengarrinha sobre «A Água na Agricultura do Algarve», Vítor Neto sobre «Turismo e Desenvolvimento Regional» e João Andrade Santos sobre «As Pescas Algarvias num impasse?».

De cada uma destas intervenções, publicamos em seguida alguns extractos.

• As regiões administrativas

"Desde o 25 de Abril e acentuadamente com os debates na Assembleia Constituinte, as ideias de "regionalização" e "descentralização", contrapostas ao centralismo tirânico de meio século de fascismo, suscitaram um acolhimento interessado de camadas muito largas do nosso povo, particularmente, nas regiões da província mais carenciadas e deprimidas.

"As populações algarvias, habitando uma região geográfica e historicamente bem definida, situada na periferia do território continental, desde sempre sensíveis, por isso mesmo, às vantagens da descentralização administrativa, viram, naturalmente, nas novas ideias de regionalização uma promessa de reparação dos esquecimentos, dos desvios, das omissões, dos incumprimentos, das injustiças de que têm sido vítimas ao longo

dos tempos por parte do Poder Central.

"Há que dizer, no entanto, que as expectativas criadas não tiveram correspondência nos actos.

"Quase seis anos passados sobre a consagração constitucional das regiões administrativas, continua quase tudo por fazer em relação à sua instituição.

"Reconhece-se, facilmente, que a instituição das regiões administrativas levanta dificuldades que não podem ser resolvidas com ligeireza, especialmente as que se referem à delimitação e área, a exacta definição de funções e aos termos e as consequências da consulta a fazer às assembleias municipais.

"Como estou pessoalmente associado à apresentação pelo Grupo Parlamentar do PCP do único projecto de lei para a instituição das regiões administrativas que até agora deu entrada na Assembleia da República — o que aconteceu logo em 15 de

Julho de 1977 — posso testemunhar sobre aquelas dificuldades e posso testemunhar também que não é a elas que se fica a dever o impasse do processo de regionalização, mas sim à falta de vontade política dos partidos e coligações que têm ocupado o Governo e determinado a opinião na Assembleia da República desde a aprovação da Constituição (...)

Carlos Brito

• Sector agrícola

"(...) A horto-fruticultura tradicional, apreciavelmente revitalizada com o alargamento da procura, após um período de expectativa, tornou-se receptiva às novas tecnologias, assimila-as e desenvolve-as, ainda que, na maior parte dos casos de forma empírica, por falta de apoio técnico adequado.

"Mas este desenvolvimento, embora relevante, respeita unicamente, como já foi frizado, a um ramo subsectorial que está muito longe de traduzir a actual tendência evolutiva do sector.

"Urge inverter esta evolução negativa e projectar o futuro na base de uma política agrária democrática, que liberte todas as potencialidades disponíveis e promova o desenvolvimento social e económico.

"É neste quadro, em que os investimentos públicos, os créditos para investimento e o apoio técnico assumem fundamental importância, que será possível:

- Combater a desertificação e o despovoamento da serra algarvia através de um correcto ordenamento agro-forestal e gestão dos recursos hídricos de superfície que beneficiarão cerca de 230 mil ha, independentemente dos 62 mil ha já florestados. Tal ordenamento não só tem extrema

importância para a construção do equilíbrio biofísico, como promoverá um largo conjunto de actividades ligadas à floresta, de que se destacam a silvo-pastorícia, a caça e a pesca e o próprio turismo interior.

- Concretizar o aproveitamento integral dos recursos hídricos, não só através dos empreendimentos hidro-agrícolas já projectados, mas também da implantação de uma adequada rede de captação das linhas de escoamento superficial, o que possibilitará o alargamento dos actual 20 mil ha regados para cerca de 55 mil ha.
- Promover o correcto aproveitamento dos cerca de 95 mil ha de sequeiro de aptidão para os frutos secos, o olival, leguminosas, etc., não só através de novas plantações, mas fundamentalmente impulsionando a reconversão dos pomares de frutos secos e olivais, tendo em conta variedades mais produtivas e a finalidade das produções, as novas tecnologias de plantação e condução do porte das árvores, a gestão técnica dos pomares, etc.
- É igualmente indispensável uma política de efectivo incentivo e promoção do associativismo agrícola, não só na área da produção mas a juzante desta, por forma que as estruturas de concentração, tratamento, conservação e industrialização dos produtos agrícolas se interligue com o sector primário. A não ser assim, a agricultura será inevitavelmente expulsa da mais valia por si gerada.
- Simultaneamente há que exigir uma política tendente ao encurtamento dos circuitos de mercado, criando-se estruturas e serviços, nomeadamente a nível

de mercados abastecedores e centros de recolha e distribuição aos retalhistas, por forma a eliminar os agentes parasitários e a controlar efectivamente os mecanismos de formação de preços (...).

José Vitoriano

• Gestão de águas

"(...) Em termos de gestão de águas a zona do litoral depende das medidas que forem tomadas no barrocal e na serra. Porque é aí que têm origem todas as linhas de água algarvias, como é nessas zonas que ocorrem as maiores precipitações médias anuais e também onde se processam, essencialmente, as recargas dos aquíferos.

"Assim, o litoral, como polo de desenvolvimento do Algarve, pode ser comprometido decisivamente se «voltar costas» à serra e ao barrocal. Sendo a zona do litoral a maior consumidora de água e a menor produtora, há que otimizar a produção e gestão hídrica a nível da serra e do barrocal, mediante um plano de acções coordenadas. Este plano, além de integrar o esquema geral dos sistemas de aproveitamento de água já planeado no essencial, terá ainda que implementar medidas de desenvolvimento das zonas da serra e do barrocal, nomeadamente através da construção de pequenas barragens, arborização adequada e silvo-pastorícia, além de outras. Dessas medidas extrairá benefícios, a longo prazo, o próprio litoral (...).

Margarida Tengarrinha

• Turismo

"O Algarve tem absoluta necessidade de um autêntico "pla-

no director" que defina o turismo algarvio e planeie o que deve ser o Algarve em termos de turismo. Um plano que demarcar as zonas de desenvolvimento de turismo e que tipo de turismo. Um plano que defina as zonas de urbanização turística e tipo de urbanização.

"Um plano que determinasse a colocação dos parques de campismo e definisse a concretização de infra-estruturas de base (rede viária, saneamento, água, etc.).

"Um plano que definisse o aproveitamento integral dos recursos específicos algarvios (alimentares, culturais, etc.) na actividade turística.

"Nada disto pode ser feito sem a intervenção das autarquias, e muito menos contra as autarquias, e exigiria que as próprias autarquias encontrassem formas de associação e coordenação entre si sobretudo constituindo zonas homogêneas de desenvolvimento económico e social.

"Mas para avançar num tal projecto seria necessária a reorganização e reestruturação dos órgãos de poder central, e uma autêntica descentralização de competências e de meios que lei determina e que não se está a fazer.

"E o poder central, contrariamente ao que hoje sucede — pois a CRTA e a CCR (Comissão Coordenadora Regional) e a CSB (Comissão de Saneamento Básico) mais não são que instrumentos do Governo para intervir na área de competência das autarquias — deverá circunscrever a sua actividade à definição da política nacional de turismo, à formação profissional, à política de crédito, ao incentivo do turismo interno, à promoção do estrangeiro, etc.

"A definição e execução do

plano de desenvolvimento do turismo algarvio não poderá deixar de caber à futura Região Administrativa em colaboração com os municípios. Mas há medidas urgentes que devem ser imediatamente tomadas.

"É evidente que nenhuma acção válida poderá ser realizada se não forem tomadas medidas que travem e ponham termo, o mais rapidamente possível, à especulação imobiliária.

"São necessárias medidas urgentes em termos de defesa do meio ambiente, das belezas naturais, do património cultural existente, sem o que o Algarve dentro de poucos anos será uma selva de cimento em que os magníficos espaços naturais deram lugar a bizzaros enquadramentos artificiais desperdicializados, iguais a tantos outros em qualquer parte do mundo (...).

Vitor Neto

• Pesca

"(...) Podem salientar-se aqui os prejuízos que decorrem da atomização dos empresários: sem qualquer estrutura, na arte e mania, mais organizados na pesca do cerco, e sobretudo na pesca do arrasto, mas em todo o caso insuficientemente estruturados para conseguirem definir um projecto pesqueiro coerente. Mas é aos poderes públicos que compete realizar a investigação, estabelecer as regras, e fazê-las cumprir, no domínio dos recursos vivos das nossas águas. E também à Administração pesqueira nacional que compete promover e incentivar a renovação tecnológica, enquadrada num Plano pesqueiro nacional, que integre de forma coerente o conhecimento dos recursos, a utilização dos meios

humanos e materiais disponíveis, e os diversos mecanismos e incentivos ao investimento.

"O Estado dispõe, para isso, de meios. Nada o impede, por exemplo, de instruir a empresa nacionalizada PESCRUL no sentido de aumentar a sua captura de crustáceos algarvios que os espanhóis de lá levam em grande quantidade. É possível capturar anualmente nas águas da Zona Sul cerca de 5.000 toneladas: há portanto que dotar dos necessários meios esta empresa, em vez de se procurar desmantelá-la.

"Compete também ao estado "investir" na reconstrução dos stocks que se encontram, ou venham a encontrar, em sobre-pesca, criando as condições para a redução do esforço de pesca desses stocks, eventualmente por meio de subsídios: trata-se de investimentos que se revelarão, dentro de poucos anos, largamente reprodutivos.

"Compete também ao Estado enquadrar eficazmente uma negociação com os países vizinhos, em cujas águas pescam embarcações portuguesas, por forma a garantir a defesa dos interesses nacionais e a eliminar a insegurança que rege, por exemplo, a nossa pesca em Marrocos.

"Compete, finalmente, ao aparelho de Estado, consertar os interesses em presença dos empresários e armadores portugueses, para assegurar um acesso equilibrado de todos aos recursos, e não — como transparece de alguns documentos preparatórios do Plano Nacional de Pescas — privilegiar a pesca industrial em detrimento da arte e mania, cuja actividade se pretende visivelmente restringir, com imposição de medidas regulamentares e eliminação de financiamentos (...).

João Andrade Santos